

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

A Missão da Imprensa Católica para a verdade e o fraternal entendimento entre os povos — <i>Carta do Emo. Card. Secretário de Estado ao VI Congresso da U.I.P.C.</i>	577
A organização de Centros Nacionais de Rádio e T.V. <i>Carta do Emo. Card. Secretário de Estado ao Presidente da UNDA, por ocasião do I Congresso Católico Latino Americano de Rádio e Televisão</i>	579
Relatório sobre as atividades da C.R.B. — 1959-1960 <i>Pe. Tiago G. Cloin CssR, Secretário Geral</i>	581
Relatório da Diretoria de Serviços da C.R.B. <i>Laércio Leopoldino, Diretor de Serviços</i>	587
Associação de Pais e Mestres <i>Madre Marie de S. Mikeal, F.M.M.</i>	593
Formação psicológica e social dos Religiosos Educadores <i>Pe. Frei Valfredo Tepe, O.F.M.</i>	601
Seleção e orientação das Vocações sacerdotais e religiosas <i>Pe. Alfredo Carrara de Melo, S.D.B.</i>	611
A Cruzada Missionária de Estudantes no Brasil <i>Pe. Octávio Vinícius Roscoe, S.V.D.</i>	621
Relatório do I Congresso da U.M.O.S.E.A. (continuação) <i>Departamento de Serviço e Assistência Social</i>	625
A IV Assembléia anual dos Superiores Maiores <i>Pe. Frei Jamaría de Sortino OFMGap.</i>	633
3.º Curso de Jornalismo para Religiosos	637
Bibliografia	638

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil

Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil

Diretor Responsável: Antônio Semin (Frei Amadeu de Caxias OFMCap.)

A MISSÃO DA IMPRENSA CATOLICA PARA A VERDADE E O FRATERNAL ENTENDIMENTO ENTRE OS POVOS

**Carta do Emo. Sr. Cardeal Secretário de Estado ao VI Congresso da
União Internacional de Imprensa Católica, realizado em Santander (1)**

Senhor Presidente,

Reunidos na bela provincia espanhola da Velha Castella, de 6 a 10 de julho próximo, os membros da União Internacional da Imprensa Católica realizarão seu VI Congresso em Santander e consagrarão seus trabalhos a um tema particularmente importante e atual: "*A Imprensa Católica, elo de união entre os povos*". Acendendo, de boa vontade, ao pedido que Lhe dirigistes, o Santo Padre formula os melhores votos de frutuozos trabalhos para essas próximas sessões.

Os romanos Pontífices preocuparam-se várias vezes, no decorrer das últimas décadas, e vós não o ignorais, das técnicas modernas de difusão e principalmente de tudo o que se refere à imprensa. Bastaria lembrar a exposição de imprensa patrocinada por Pio XI no Vaticano, como também as manifestações de interesse demonstradas por Pio XII aos jornalistas em várias circunstâncias. Um dos primeiros atos de Sua Santidade João XXIII foi receber na Sala Clementina os enviados dos diversos serviços de informação para lhes agradecer seu trabalho quando dos funerais de Seu Predecessor e por ocasião de Sua própria ascensão ao Supremo Pontificado. Fazendo comentários sobre a boa resolução de Manzoni, de nunca trair a verdade, o Pontífice convidava-os então a empregar maior exactidão e mais objetividade no exercício de sua profissão. Este é um pensamento que Lhe é caro e sobre o qual deseja vivamente que o jornalista cristão medite muito para inspirar nêle, cada vez mais, sua ação. "Não podemos deixar — afirmava novamente o Papa em Sua primeira Encíclica "*Ad Petri Cathedram*" — de exortar a que apresentem a verdade com diligência, cautela e prudência especialmente todos aqueles que, por meio de livros, revistas e jornais, de que hoje há tanta abundância, exercem influência tão grande na alma dos leitores" (Encicl. *Ad Petri Cathedram*, de 29 de junho de 1959. AAS, LI (1959), pág. 500).

É sobretudo este amor à verdade que sustenta os esforços do publicista cristão e Lhe dá a segurança, segundo a magnífica expressão de São Paulo, de que "trabalhando conforme a verdade e na caridade (Ef 4, 15), colabora ele no advento do reino de Deus, ao qual toda a humanidade é chamada a entrar e onde encontra sua profunda unidade. O Santo Padre, no documento acima citado, fazia eco nestes termos ao Apóstolo: "Da consecução plena, íntegra e sincera

(1) "Oss. Rom.", supl. sem., 11-7-60.

da verdade deve necessariamente seguir-se a união dos espíritos, dos propósitos e das ações. De fato, qualquer contraste e desacôrdo encontra a sua primeira causa na ignorância da verdade" (ibid., pág. 502). É claro que a imprensa católica tem um papel importante nessa aproximação dos homens para o conhecimento da verdade. Por conseguinte é com justa razão que o Congresso de Santander estudará as responsabilidades da verdade que êle tem neste campo e determinará em qual medida poderá ser êle laço de união entre os povos.

Os progressos atuais de informação permitem ao mundo, hoje melhor do que ontem, tomar conhecimento de sua comunidade de destino. Se bem que a imprensa seja capaz de formar uma opinião pública comum, todavia a experiência cotidiana mostra infelizmente que muitas vêzes ela pode servir para semear a desunião entre os homens. Há, pois, uma missão de concórdia e de paz que cabe especialmente à imprensa católica. A amizade entre os povos será a lei do jornalista cristão, que procurará aquilo que aproxima e une, preferindo-o a quanto divide e separa. Em virtude dêsse amor para com todos os homens, que recebem do próprio Deus vocação sobrenatural e semelhante dignidade humana, o publicista católico tornar-se-á de boa mente o defensor de tôdas as pessoas humilhadas e vítimas de injustiças. Terá uma compaixão particular para com seus irmãos perseguidos, e assumirá o dever de dar amplo eco à solicitude angustiosa do Santo Padre para com a Igreja do silêncio.

Esta atitude de compreensão e de benevolência a imprensa católica ter-la-á num grau excepcional perante os povos que lutam tenazmente contra a miséria, a fome, a doença e a ignorância. Esses países esperam realmente e com justa razão o apoio e a assistência das nações melhor dotadas. Seu futuro está ligado atualmente e em grande parte à opinião pública que se constitui em seu meio e que tem que sofrer várias influências. A imprensa dos países ricos não pode ficar indiferente a esta situação e deve responder sem demora e com generosidade ao convite premente que o Santo Padre fazia a respeito dos territórios de missões. Recordando as recomendações de Seu imediato Predecessor, Pio XII, na Encíclica "*Fidei Donum*", sobre o dever de multiplicar sob tôdas as formas a imprensa católica, acrescentava: "É igualmente necessário preocupar-se de tudo fazer para favorecer as técnicas modernas de difusão e de cultura, sabida como é a importância, em nossos dias, de uma opinião pública formada e iluminada" (Encicl. *Princeps Pastorum*, 28 de nov. de 1959, AAS, LI (1959), pág. 845).

De tôdas as partes, da África negra como da Índia, da América do Sul como da Coréia, chegam apelos emocionantes: uma assistência técnica da imprensa em escala mundial, organizada por vossa União, seria particularmente oportuna e conforme às exortações tantas vêzes repetidas por Sua Santidade. Entre as tarefas que se referem às Organizações Católicas Internacionais, a presente não pertence claramente à U.I.P.C. ? O Santo Padre conhece e aprecia a campanha de informações já iniciada neste sentido. Êle acredita que resoluções generosas serão tomadas na reunião de Santander com a finalidade de criar e desenvolver nesses países uma imprensa católica atuante, não somente fornecendo-lhes os meios materiais e as máquinas que lhes faltem, mas ainda enviando pessoal tecnicamente qualificado e capaz de formar profissionais, e talvez favorecendo também a circulação tão importante de uma informação sadia.

Há realmente nisso, para a imprensa católica, uma grande missão a preen-

cher ao serviço da Igreja. Sua Santidade não duvida de que a U.I.P.C. saberá assimilá-la da maneira mais oportuna. E é com essa confiança que Ele invoca sobre vós, e sobre todos os Congressistas de Santander, uma ampla efusão de graças divinas, em penhor das quais concede de todo coração uma especial Bênção Apostólica.

Queira receber, Senhor Presidente, a certeza de minha religiosa dedicação.

Cidade do Vaticano, 30 de junho de 1960.

(ass.) D. Card. Tardini

II

A ORGANIZAÇÃO DE CENTROS NACIONAIS DE RÁDIO E TV

Carta de S. Emcía. o Card. Secretário de Estado ao Presidente da UNDA, por ocasião do I Congresso Católico Latino Americano de Rádio e Televisão — Rio de Janeiro, 15-20 de agosto de 1960.

Vaticano, 22 de julho de 1960

Reverendíssimo Padre,

O Santo Padre cientificou-se com satisfação que, de 15 a 20 de agosto próximo, sob o patrocínio da Associação Católica Internacional de Rádio-difusão e Televisão (UNDA), será realizado no Rio de Janeiro um Congresso importante, ao qual se propõem participar vários membros do Episcopado da América Latina e numerosos responsáveis de transmissões de rádio e de televisão nos diversos países desse Continente.

Uma iniciativa desse gênero permitirá estudar muito oportunamente como aplicar, no quadro concreto das necessidades desses Países, as diretrizes pontifícias que dizem respeito ao rádio e à televisão, como estão formuladas notadamente na Encíclica "Miranda prorsus" do Saudoso Papa Pio XII. Deverá particularmente permitir — conforme um voto recente do Conselho Episcopal da América Latina — de estabelecer organismos eficientes e capazes de assegurar um desenvolvimento harmonioso dessas duas técnicas de difusão numa região que é, como é de vosso conhecimento, o objeto de uma solicitude particularíssima por parte da Igreja e de seu Chefe visível.

Os sentimentos cristãos dos ouvintes e dos espectadores, sua generosidade, a boa vontade dos responsáveis pelas Estações de Rádio e de Televisão permitem alimentar as melhores esperanças: esperanças baseadas sobre resultados já obtidos e muito animadores. Cada ano, pode-se dizer, vê-se aumentar na América Latina o número das emissoras católicas que espalham a instrução religiosa e a cultura; sacerdotes e religiosos zelosos, acolhendo o convite de estações nacionais e particulares, aproveitam a ocasião que se lhes oferece para fazer ouvir a "boa nova" do Evangelho a um grande número de almas.

Eis aí um motivo de grande satisfação. O Santo Padre regozija-se disso

imensamente. Todavia, no momento em que se generaliza cada vez mais em todo o continente latino-americano o uso do rádio e da televisão, com tôdas as vantagens e os inconvenientes que lhes são próprios, um esforço especial se requer da parte de todos os filhos devotados da Igreja para fazer servir essas técnicas modernas à difusão e à defesa da fé católica, no apoio à prática generosa dos mandamentos, à educação da juventude num espírito autenticamente cristão.

Parece portanto necessário, ainda que a preço de grandes sacrifícios, preparar especialistas, sacerdotes e leigos, para êsse apostolado; criar em todos os Países onde não existem ainda centros nacionais encarregados, sob o contrôle dos Bispos, da vigilância sôbre os programas e a utilização positiva das emissoras existentes; coordenar, em seguida, a atividade dos centros nacionais ao plano latino-americano, conforme as diretrizes da Hierarquia e assegurar sua colaboração com os organismos católicos de outros países, pois que "a própria natureza dos meios modernos de difusão, como afirmava o Santo Padre no Motu Próprio *Boni Pastoris*, exige a unidade de direção e de ação" (A.A.S., LI (1959), p. 185).

Somente a êsse preço as admiráveis descobertas, quais são o Rádio e a Televisão, longe de prejudicar a vida espiritual e o desenvolvimento cultural, poderão trazer sua preciosa contribuição para o enriquecimento do patrimônio cristão das nobres nações latinas do continente americano.

O Soberano Pontífice, pois, faz votos que na América Latina seja constituída uma elite de especialistas católicos plenamente consciente da importância de seu apostolado e, na certeza que as sessões do Rio de Janeiro contribuirão para tão importante resultado, envia de todo coração a todos os que delas participarem, uma paternal Bênção Apostólica.

Queira aceitar, Reverendíssimo Padre, a certeza de meus mais devotados sentimentos em N. S.

as) D. Card. Tardini

GRANDE NOVIDADE!

Se V. Revma. quiser uma coletânea de poesias missionárias, próprias para festivais missionários, adquira o livro: "**Poesias Missionárias**", contendo 130 poesias selecionadas e capa a 4 côres. Único no gênero no Brasil. Apresenta-se próprio para seminários, colégios e paróquias.

Preço: Cr\$ 100,00, mais Cr\$ 10,00 para o porte.

Atende-se pelo reembolso postal.

Pedidos a:

Edições "Seleção Missionária"
Rua D. Domingos de Silos, 110
Santana — Cx. Postal 12,156
SÃO PAULO — Capital

RELATORIO SÔBRE AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DE JULHO DE 1959 A JUNHO DE 1960

apresentado à IV Assembléia dos Superiores Maiores pelo Revmo. Pe.
Tiago G. Cloin CSSR, Secretário Geral

Completando, no ano passado, seu primeiro lustro de existência, encerrou a Conferência sua fase experimental, entrando na maturidade com estruturas definitivas. Esta primeira fase está profundamente marcada pelo cunho que lhe imprimiu o primeiro Secretário Geral, o Revmo. Pe. Irineu Leopoldino de Souza SDB que, com sua invulgar capacidade de trabalho e de organizador, deu à Conferência sua fisionomia jurídica e técnica. Pois, foi durante êste lustro que se originou progressivamente sob a orientação e estímulo dêle, primeiro a legislação da CRB, terminada na última assembléia dos Superiores Maiores pela revisão dos Estatutos e a elaboração do regimento da Assembléia com seu Conselho, da Diretoria com sua Comissão Executiva, dos Departamentos e das Seções Estaduais. Em segundo lugar, criaram-se os órgãos técnicos da Conferência, a Comissão Executiva da Sede central, os Departamentos com seus Diretores religiosos e os serviços de procuradoria, viagens, fornecimentos e financiamentos. Formou-se uma equipe de funcionários civis, com uma hierarquia de responsabilidades, sob a imediata direção do Diretor dos serviços, assistido pelo Vice-Diretor, e com chefes e subchefes em cada setor.

Quando em julho do ano passado, o novo Secretário Geral entrou, patenteou-se até que ponto chegara o aperfeiçoamento da organização, criada pelo predecessor. Pois, o funcionamento normal de Conferência não estava mais dependendo da capacidade e eficiência de um indivíduo, mas do entrosamento de uma grande equipe de Religiosos e leigos. A atuação da CRB tinha entrado em uma nova fase, em que se destaca mais a articulação do conjunto do que a invenção do chefe.

1. A situação jurídica da Conferência

A III Assembléia dos Superiores Maiores do ano passado dedicou-se, de modo particular, à revisão dos Estatutos e à elaboração do

regimento dos vários órgãos da Conferência. Enviada a correspondente documentação a Roma, para a devida aprovação, comunicou-nos a S. Congregação dos Religiosos, através de carta do Secretário de 6 de novembro u. p., que haviam sido examinados os Estatutos reformados e explicitamente aprovados os dois importantes artigos novos sôbre a criação do Conselho Administrativo e a oficialização da Comissão Executiva da Conferência. O decreto oficial, prorrogando a aprovação dos Estatutos, ainda não chegou, motivo porque ainda não publicamos os Estatutos na Revista da Conferência. (1)

No plano civil acaba a CRB de conseguir o Decreto presidencial de 27 de abril do ano corrente que concede à Conferência o reconhecimento federal de Utilidade Pública, conferindo-lhe a isenção da taxa de contribuição para os Institutos de Previdência social.

2. O pessoal da Sede central

O pessoal religioso que trabalha, com tempo integral, na Sede central da Conferência, se compõe atualmente de 6 Padres, um Irmão e duas Irmãs. Dos Padres, dois são Capuchinhos, um Franciscano, um do Vexbo Divino, um Jesuita e um Redentorista; o Irmão, da Congregação Marista, é Subsecretário da Conferência e Visitador permanente das Secções Estaduais; as duas Irmãs da Congregação de Jesus na SS. Eucaristia, tomam conta da capela e do refeitório.

O grupo de 49 funcionários civís constitui uma verdadeira equipe de trabalho, bem entrosada, e trabalha com grande dedicação e eficiência, de tal modo que, conforme o testemunho constante dos que nos visitam, se nota imediatamente a diferença de ritmo de trabalho e prontidão em atender com outros escritórios congêneres. O contínuo aumento de volume de trabalho pode ser avaliado pelo fato seguinte: quando em novembro de 1957 mudamos da Rua Farani para a Avenida Rio Branco trabalhava na contabilidade apenas um funcionário, atualmente são 11. A equipe tôda dos funcionários civís, está sob a imediata direção e responsabilidade do Diretor dos Serviços que, por causa de sua comprovada eficiência e honestidade comercial, continúa a merecer a plena confiança da Diretoria.

Recentemente dedicou a Diretoria da Conferência sua particular atenção a uma mais criteriosa seleção dos funcionários civís, estabelecendo normas religiosas e morais para a sua admissão e elaborando um plano pormenorizado para aperfeiçoar a assistência espiritual através de cursos de formação religiosa e exercícios de piedade na Sede. Também a condigna remuneração tem a constante atenção da Diretoria. Periodi-

1) Podemos felizmente informar que estamos de posse da Carta da Sagrada Congregação dos Religiosos, aprovando os Estatutos reformados da C.R.B. Publicaremos no próximo número de novembro tanto essa carta quanto tôda a legislação da Conferência. (Nota da Redação).

camente os salários são reajustados, levando sempre em conta a condição de casado. Além disso, está em via de elaboração um plano para conceder aos casados, que atualmente são 13, um abôno especial, proporcionado ao número de filhos. Os cinco chefes de serviço estão efetivamente participando nos lucros da Conferência.

O progressivo aumento do número de funcionários civis na Sede da CRB não constitui problema particular, estando a Conferência em condições de contratar quantos e quais precisar. O problema dos Religiosos é bem diferente. Estamos precisando, com bastante urgência, de um Canonista de profissão e experimentado para a solução dos casos de direito canônico, precipuamente de direito dos Religiosos, que se apresentam com regularidade, seja por carta, seja oralmente na Sede do Rio. Esperamos que, brevemente, um dos Provinciais, ao substituir no seu Seminário Maior o professor de Direito Canônico por um novo, recém formado, se lembre, antes de conferir ao antigo professor uma outra tarefa, da necessidade de um Canonista na Conferência. Estamos precisando, outrossim, de um Religioso-economista que acompanhe em nome da Diretoria, o importante movimento comercial e financeiro na Sede Central e supervisione efetivamente todos os serviços, não tendo o atual Secretário Geral nem o tempo, nem a capacidade para isso. Deixamos aqui um insistente apêlo aos Superiores Maiores no sentido de se preocuparem pessoalmente com estas duas graves lacunas de pessoal na sua Conferência.

3. A Filial da CRB em Brasília

A mudança da Capital para Brasília não pode deixar de ter suas consequências também para a Conferência que necessariamente há de acompanhar, pelo interêsse dos próprios Religiosos, as grandes mudanças na vida nacional. A transferência dos Ministérios da Federação para a nova Capital levou a Diretoria a considerar o problema da fundação de uma Filial da CRB em Brasília, para poder continuar a dar tôda a assistência às Comunidades religiosas e suas obras, particularmente quanto ao Serviço de Procuradoria. O Secretário Geral, acompanhado pelo Diretor dos Serviços, já estudou "in loco" a necessidade e as possibilidades de uma solução provisória. A Diretoria acaba de indicar um Religioso da Comissão executiva que oportunamente, com a aprovação de seu Provincial, se instalará em Brasília afim de preparar a transferência do Serviço de Procuradoria que dependerá, para todos os efeitos, imediatamente da Sede Central do Rio. Verificamos, porém, que tal transferência ainda não é urgente, porquanto, não obstante a transferência oficial dos Ministérios, as repartições ministeriais que tratam da parte burocrática dos processos de subvenção, continuam a funcionar no Rio de Janeiro. Com o Exmo. Sr. Arcebispo de Brasília já foram iniciados entendimentos para conseguirmos uma solução, levando em conta também a urgente

necessidade de providenciarmos hospedagem em Brasília para os Religiosos e Religiosas em trânsito. Há esperança fundada de concretizarmos êsse plano, no ano que vem, na própria Esplanada dos Ministérios.

Convencida de não dever precipitar os acontecimentos, mas apenas acompanhá-los, julga a Diretoria que, enquanto Brasília ainda não fôr efetivamente a Capital industrial, comercial e intelectual do País, os demais Serviços e todos os Departamentos da Conferência devem continuar a funcionar no Rio de Janeiro.

4. Os apóstolados da Conferência.

Deixando de apresentar, por motivo de ordem prática, o relatório sôbre os Serviços da Conferência, ao qual o Diretor dos Serviços dedicará um expediente da Assembléia, tanto dos Padres como das Mães, limitar-mos-emos aqui aos apóstolados.

As atividades da Conferência no campo do apóstolado continuam a se desenvolver normalmente, seja através dos Departamentos, seja diretamente através da Sede Central.

Sendo a escassêz de pessoal religioso o principal obstáculo a uma mais rápida expansão dos nossos apóstolados no Brasil, constitui uma das principais preocupações da Diretoria a consecução de novos Institutos Religiosos do estrangeiro, primeiro objetivo das viagens periódicas do Secretário Geral à Europa. A CRB está em condição para dar a êstes Institutos uma adequada assistência, não apenas na vinda para o Brasil, financiando eventualmente as despesas da viagem, como ainda na escolha da obra inicial e no estabelecimento definitivo, elaborando o contrato com a obra a ser tomada. Vista a situação particularmente precária do Nordeste do País, tentamos dirigir as novas Congregações, de preferência, para esta zona. Uma distribuição mais racional das nossas forças religiosas é, aliás, a constante preocupação do nosso Serviço de Novas Fundações, que está no momento com 111 pedidos de Bispos, Provinciais, Vigários, e Diretorias leigas das mais variadas obras, paroquiais, educacionais, hospitalares, assistenciais, etc.. Até o presente conseguiu o Serviço resolver 35 casos.

A formação religiosa, primeira finalidade da Conferência, continua a merecer a especial atenção da Diretoria. Durante o ano findo, realizaram-se os seguintes cursos: a III Semana (anual) das Mestras de Noviças, a I Semana (bienal) dos Mestres de Noviços, que teve surpreendente êxito, o I Encontro de Capelães do Irmãos e Irmãs e o III Curso intensivo de Jornalismo, que está se realizando na Capital Paulista.

No setor da catequese mencionamos o Curso intensivo e os exames finais do Concurso Nacional de Formadoras de Catequistas, cujas duas vencedoras viajarão a Fátima, Lourdes e Roma. Em colaboração com o Centro Nacional de Catequese está o nosso Departamento de Catecismo preparando um novo concurso nacional para os alunos do ensino

religioso dos nossos Colégios e da catequese paróquial. No setor do Ensino continuou a Conferência a contribuir para a formação da opinião pública a respeito da Lei de Diretrizes e Bases, atuando através da AEC, da Revista da Conferência, das Seções Estaduais e, a pedido da CNBB, através de conferências, também por pais e mestres dos nossos alunos, nas principais Capitais de Estado. Foram iniciados entendimentos com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a respeito da reforma dos Estatutos da AEC, com intuito de definir-lhe mais claramente as relações com as duas Conferências, dos Bispos e dos Superiores Maiores, o de garantir mais explicitamente a autoridade dos Provinciais sôbre os estabelecimentos de ensino de sua província. No setor social merecem particular menção os estudos técnicos, realizados sob a direção do nosso Departamento de Assistência e Serviço social, em tôdas as obras do SAM federal, estudando a possibilidade de a CRB, conforme pedido do Ministério da Justiça, encarregar-se da administração de tôdas as obras do SAM federal. Se o plano não chegou a ser executado, não foi por falta de coragem da Conferência, mas por desistência do Ministério. Entre as atividades do Departamento de Estatística destacou-se a preparação e organização da exposição sôbre a atual situação da Igreja no mundo em geral e no Brasil em particular, para o Congresso Eucarístico Nacional de Curitiba. O mesmo Departamento está preparando, para setembro próximo, o primeiro curso intensivo para Secretários provinciais dos Institutos masculinos e femininos, abrangendo organização de secretaria, arquivo e estatística.

Pela chegada de um Diretor que trabalha com tempo integral na Conferência, conseguimos pôr em funcionamento o Departamento de Formação e Vocações religiosas. As primeiras atividades serão dedicadas ao aperfeiçoamento dos nossos métodos de recrutamento de vocações. Estes métodos, até agora muito pouco estudados e desenvolvidos no Brasil, visam precipuamente uma mais criteriosa seleção e, conseqüentemente, um mais alto índice de perseverança dos candidatos. Experiências muito positivas neste terreno já foram feitas no México e na Colômbia, onde originaram movimentos com os quais o Departamento está se entrosando. Para fins de janeiro ou princípio de fevereiro está previsto, em colaboração com o Secretariado ócional das Vocações da CNBB, o primeiro encontro de recrutadores religiosos e seculares, com um curso intensivo sôbre a técnica do recrutamento vocacional, dirigido pelo Revmo. Pe. Salvador Bortoni, SJ, encarregado pelo Episcopado Mexicano da orientação dos recrutadores vocacionais.

5. Planos para o futuro próximo.

Atendendo ao voto emitido pela I Semana de Estudos de Mestres de Noviços e Diretores espirituais de Seminários de Religiosos, reuniu a Diretoria, aos 3 de fevereiro e novamente aos 5 do corrente, na Sede

Central da Conferência, um grupo de especialistas em psicologia, oriundos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara, para estudar a viabilidade de a CRB fundar para os Religiosos um Instituto psicopedagógico de orientação vocacional. Vista a delicadeza do assunto, tínhamos consultado previamente o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos e o Núncio Apostólico que ambos deram, em primeira instância, sua aprovação e bênção ao plano. A êste Instituto, que procurará fundar centros nas principais Capitais de Estado, poderão recorrer, para consultas, os encarregados da formação dos candidatos à vida sacerdotal e religiosa, e para êle poderão ser encaminhados, para exame e orientação, os próprios candidatos. Profundamente cônica de sua responsabilidade, procederá a Diretoria, como também o grupo de especialistas, com a prudência exigida, sem precipitação alguma. O primeiro encontro de Religiosos e Religiosas responsáveis pela orientação vocacional dos candidatos está previsto para janeiro próximo.

Encontrando várias províncias religiosas sérias dificuldades em organizarem, por si próprias, o curso ordinário de Filosofia para seus jovens clérigos, empenhar-se-á a Diretoria em organizar um curso de Filosofia em comum, análogo ao curso comum de Pastoral que está funcionando, desde março do ano passado, em São Paulo. Por motivo semelhante, organizará a Conferência, através das Secções Estaduais, retiros em comum, enquanto necessários, para Religiosas de diferentes Congregações.

A Diretoria julga chegada a hora de estudar a possibilidade de fundar, no Brasil, um Instituto Superior de cultura religiosa para Irmãos de Institutos não clericais e para Religiosas, por serem poucos os Religiosos que possam fazer êstes estudos no Instituto Romano "Jesus Magister" ou "Regina Mundi". O Instituto talvez poderá ser único, com um curso básico comum, e com secções especializadas para uns e para outras, pois, a fundação de dois Institutos paralelos não somente aumentaria as despesas, como também exigiria maior número de Professores. Não duvidando da boa aceitação e generosa colaboração dos Institutos de Irmãos e Irmãs, deixamos aqui um apêlo aos Padres Provinciais, no sentido de cederem generosamente os elementos indispensáveis para integrarem o corpo docente. Seja-nos permitido, neste contexto, lembrar o pronunciamento da I Assembléia da Confederação Latino-Americana dos Religiosos (CLAR), realizada recentemente em Lima, de ser a primeira tarefa das Conferências Nacionais de Religiosos a de promover, através do ramo dos Sacerdotes, a assistência espiritual e formação religiosa dos Irmãos e Irmãs.

6. A repercussão da CRB no exterior.

A repercussão da CRB no exterior continua a crescer. A pedido do Exmo. Sr. Núncio Apostólico da Bolívia, viajou para La Paz o Sub-

secretário da Conferência afim de fazer à Assembléia dos Superiores religiosos da Bolívia uma série de Conferências sôbre a organização, as atividades e as principais experiências da nossa Conferência, merecendo uma carta de agradecimento da própria S. Congregação dos Religiosos. Convidada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e pela Conferência dos Religiosos da Colômbia, viajará, brevemente, a Diretora do Departamento de Estatística, com uma auxiliar, para Bogotá, afim de orientar a organização do serviço estatístico dessas Entidades. Na I Assembléia da CLAR, realizada recentemente na Capital peruana e na qual participaram, na função de Presidente e Secretário provisórios, o Presidente e Secretário Geral da CRB, provocaram a organização e eficiência de nossa Conferência profunda admiração e calorosos aplausos. Os Assembleístas emitiram o voto de a Conferência do Brasil preparar alguns elementos que pudessem dar assistência técnica, quanto à organização de Departamentos e Serviços, às demais Conferências da América Latina.

Entre os que visitaram, durante êste ano, a Sede da Conferência, com intuito de estudar-lhe, durante alguns dias, a estrutura e funcionamento, mencionamos o Secretário Geral da Conferência de Portugal, o Presidente da Conferência dos Irmãos da Holanda, o Subsecretário do Conselho Episcopal Latino Americano de Bogotá, o representante da S. Congregação dos Religiosos na Assembléia da CLAR e o encarregado da orientação vocacional da Conferência da Colombia.

Terminando êste relatório, não posso deixar de expressar, em nome da Diretoria, os nossos sinceros sentimentos de reconhecimento pela confiança e colaboração que os Superiores e Superiores Maiores nos vêm proporcionando em todos os empreendimentos, tanto no terreno espiritual como no temporal. É êste apoio moral que torna grande e forte a nossa Conferência, garantindo-lhe sempre maior expansão e maior eficiência a serviço dos interesses comuns dos Religiosos das nossas obras e apostolados. É é êste apoio moral que estimula a Diretoria a desempenhar a tarefa de tanta responsabilidade que a Assembléia dos Superiores Maiores lhe conferiu.

Pe. Tiago G. Cloin C.SsR.
Secretário Geral

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE SERVIÇOS

Exercício de 1959/1960

Revmos. Padres e Revdas. Madres Provinciais,

é com grata satisfação que faço chegar a Vv. Revmas. o relatório geral da Diretoria dos Serviços, relativo ao período de julho de 1959 a junho de 1960. Nesta oportunidade quero, em meu nome particular, bem

como em nome de todos os funcionários civis da C.R.B., de público e pessoalmente, formular os nossos agradecimentos à Diretoria da C.R.B., aos Revmos. Padres e Revmas. Madres Provinciais e aos Religiosos em geral, por tôda a colaboração dispensada para o engrandecimento da C. R. B. e em nosso benefício. Agradeço também aos meus auxiliares civis todos a colaboração prestada a êsse engrandecimento, o que sem êles tornaria isso bastante difícil ou mesmo impossível.

Para facilidade de redação, redigimos êste relatório dividido em itens diversos, como segue:

Dos Funcionários

Em 1 de julho de 1959 a C.R.B. tinha 36 funcionários civis e, em 30 de junho de 1960, 49. Para pagamento dos salários, durante o ano, a soma atingiu a importância de Cr\$ 4.553.307,80. Com gratificação diversas, empregamos Cr\$ 1.268.000,00.

Procuradoria

A Conferência dos Religiosos do Brasil, no setor da Procuradoria, no segundo semestre de 1959 e primeiro semestre de 1960, apesar das dificuldades existentes na atual burocracia ministerial, bem como nos constantes "planos de economia" inflingidos pelo Governo, conseguiu liberar, aproximadamente, 75% dos processos a nosso cargo. Assim é que, em 1959, 1.482 processos foram pagos. Como vem acontecendo de há muito tempo, as subvenções extraordinárias concedidas pelo Ministério da Educação têm sido as mais sacrificadas; sômente as subvenções ordinárias vêm sendo pagas normalmente. Desde 1951 êstes pagamentos estão sendo sustados pela Presidência da República, ora escriturando-os em "restos a pagar", ora em "exercício findo". Temos tentado de tôdas as fôrmas possíveis a liberação destas verbas tão necessárias à manutenção de nossas instituições, sem, entretanto, obter pleno resultado. Últimamente foi aberto um crédito especial para pagamentos de algumas verbas escrituradas em "restos a pagar". Seguindo a norma dos últimos pagamentos efetuados, 75% dêste crédito foi destinado às instituições que solicitaram a interferência de políticos. Nossos procuradores, depois de inúmeras demarches junto à Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda, conseguiram a autorização para 130 processos de "restos a pagar", que estão sendo recebidos e remetidos às entidades beneficiadas. Agora mesmo, estão sendo encaminhados para o Tesouro Nacional os ofícios de pagamento de algumas subvenções extraordinárias do Ministério da Educação, escrituradas em "restos a pagar", quando os mesmos deveriam ser efetuados pelas Agências do Banco do Brasil. Acreditamos que esta providência venha facilitar o nosso trabalho, porquanto, para o recebimento destas subvenções bastará sômente a abertura de um novo crédito especial

e autorização do Diretor da Despesa Pública. Como já tivemos a oportunidade de frisar anteriormente, com a aproximação das eleições presidenciais em outubro próximo, talvez possa o Governo, tentando angariar a simpatia das instituições beneficiadas com auxílios e subvenções, conceder a liberação de novos créditos. Círculos oficiais dos Ministérios preveem para setembro próximo a abertura de um crédito especial para pagamento de subvenções escrituradas em "restos a pagar". Preferimos não oficializar esta notícia, tendo em vista que muitas instituições contraem dívidas na expectativa do recebimento destes auxílios, de pagamento inseguro. No corrente exercício financeiro, as ordens de pagamento das subvenções ordinárias do Ministério da Educação já foram expedidas para as Delegacias Fiscais, bem como as do Ministério da Justiça, estas com o corte de 75%, escrituradas no "plano de economia" do Governo. No Tesouro Nacional estão sendo pagas, também com um corte de 75%, escrituradas no plano de economia, as subvenções extraordinárias do Ministério da Justiça — Adendo A — Assistência a Menores. Considerando que em 1959 muitas subvenções desta natureza tiveram seus pagamentos liberados, brevemente serão enviadas instruções no sentido de obter esta liberação. No segundo semestre de 1959 encaminhamos mais de 1.100 processos dos mais diversos assuntos, desde a autorização ou reconhecimento de Escolas Superiores, ao recebimento de auxílios e subvenções federais, à naturalização de estrangeiros, registro de diplomas, em suma, qualquer assunto de interesse das entidades filiadas à C.R.B. junto aos Ministérios do Governo Federal. Até a presente data, 2963 processos de subvenções já foram protocolados, dos quais 688 tiveram seus pagamentos liberados, somando o número de 4.160 processos encaminhados nestes dois semestres. 8.448 cartas, sem contar as cartas-circulares que atingem a milhares, foram expedidas a todas as instituições, cientificando-as do andamento dos processos, informando-as, orientando-as na preparação de papeis e prevenindo-as nas dificuldades que poderiam surgir para uma ou para todas. Com a confiança que nós é depositada e no **Congregavit nos in unum Christit amor**, levaremos a bom termo todas estas dificuldades.

Viagens

Nêstes dois semestres foram vendidas 9.939 passagens aéreas domésticas somando Cr\$ 43.004.213,90, e 102 passagens aéreas internacionais no valor de Cr\$ 10.862.402,20, perfazendo a importância de Cr\$ 53.866.616,10. Em passagens marítimas, fornecemos 204, no valor de Cr\$ 10.255.618,10.

Veículos e fornecimentos

Durante o ano fornecemos um total de 98 veículos, somando a importância líquida de Cr\$ 54.612.056,00, assim distribuídos:

46 veículos Volkswagen no valor de..	Cr\$ 22.264.305,00
29 Jeeps no valor de	Cr0 13.415.800,00
23 caminhões e ônibus no valor de	Cr\$ 18.931.915,00

Além da facilidade de entrega, apesar das constantes altas, sem aviso prévio em muitos casos, o fornecimento de veículos representou uma economia total na ordem de quase Cr\$ 6.000.000,00. Chamamos a atenção de Vv. Revmas. para as dificuldades na obtenção de veículos para pronta entrega. A demora das fábricas nas entregas é na ordem de 6 meses para os veículos Volkswagen e 90 dias para os veículos Chevrolet e Ford. Um ponto importantíssimo nestas transações é que o preço destes veículos é o do dia da entrega.

Financiamento de veículos

Dos 98 veículos fornecidos pela C.R.B., 56 unidades foram financiadas para religiosos e 17 para sacerdotes seculares, num valor de Cr\$ 31.106.540,00. Estes financiamentos foram possíveis tendo em vista a cooperação sempre eficaz de Bancos particulares, ou sejam, o Banco Mineiro de Produção S. A. e o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A. De um modo geral os pagamentos das prestações estão sendo feitos com regularidade e, muito raramente, há necessidade de apelarmos aos respectivos Provinciais.

Fornecimentos diversos

É com satisfação que cientificamos Vv. Revmas. do progresso da C.R.B. neste setor, ou seja, no fornecimento de equipamentos às casas religiosas. 778 unidades, tais como projetores cinematográficos, máquinas de escritório, harmônios e amplificadores foram fornecidos somando a importância a Cr\$ 18.371.046,30.

Cr\$ 1.403.360,00	para aparelhos eletro-domésticos,
Cr\$ 3.505.721,40	para cadernos da C.R.B.
Cr\$ 3.306.639,00	em plásticos diversos
Cr\$ 1.166.941,10	em tecidos
Cr\$ 1.121.680,90	em artigos da Companhia Melhoramentos
Cr\$ 953.110,00	em paramentos e
Cr\$ 1.102.549,40	para a Lever, Agir e Trol

O total líquido de fornecimentos da C.R.B. somou a importância de Cr\$ 34.983.273,50, proporcionando uma economia real às casas religiosas na ordem de Cr\$ 11.000.000,00.

Este aumento vertiginoso em nossos fornecimentos deve-se a três fatores preponderantes:

- 1) melhor organização da C.R.B.;
- 2) melhores preços, descontos maiores, devido à existência de es-

toques de baixo custo, sempre que possível;

3) plano geral de financiamento de equipamentos em pleno funcionamento.

Considerando a alta geral dos preços, nunca é possível equipar uma casa religiosa, pagando tudo à vista. Com a nossa instabilidade financeira, são normais as desagradáveis surpresas de aumento de preços. Como Vv. Revmas. podem verificar, em nossa lista de preços está escrito na capa: **“Todos os preços constantes desta lista estão sujeitos a alteração, sem aviso prévio”**.

Neste relatório é justo destacar nossos esforços no sentido de melhor equipar as casas religiosas com equipamentos de primeira qualidade. Injustos seríamos se deixássemos de citar, para simples exemplo, um aparelho de grande uso nas casas religiosas, que hoje, graças aos empreendimentos de nossa equipe civil, tornou-se realidade. Referimo-nos ao amplificador Transistorizado — portátil, marca CRB. que está sendo recebido com grande aceitação no interior, onde, por muitas vezes não há corrente elétrica. Sua utilização nas procissões, solenidades ao ar livre, etc., podemos dizer, é excepcional.

Valôres em depósito: Depósitos em Contas correntes.

De público, com justo orgulho, agradecemos a confiança em nós depositada, pelos Provinciais e casas religiosas, em passar seus depósitos e movimentar seus numerários e em estreita conexão com a CRB. Estamos movimentando hoje aproximadamente 100 contas. Nossos juros são pagos à razão de 12% ao ano. Todos os depósitos feitos, sempre à vista, podem ser retirados sem aviso prévio e nunca a prazo fixo. Temos agido com a máxima discrição na movimentação dessas contas.

O dinheiro dos religiosos deve financiar obras de religiosos, e nunca casas comerciais, indústrias, etc, etc... Com o aumento que se tem verificado nestes depósitos e com a ajuda de Vv. Revmas. esperamos dentro de um ano, poder financiar mais equipamentos às casas religiosas, sem recorrermos a bancos. Estes depósitos são empregados dentro da mais rigorosa técnica bancária, somente para financiamentos a curto prazo, de equipamentos para as casas religiosas e nunca para veículos ou construções, o que seria desaconselhável, considerando o longo prazo de financiamento.

Mais uma vez contamos com a valiosa cooperação de Vv. Revmas. para que, em futuro bem próximo, possa a CRB movimentar, financiar e tornar-se auto-suficiente na questão de financiamento de equipamentos e veículos para as casas religiosas.

Na união tôdas as vantagens.

Laércio Leopoldino
Diretor de Serviços

ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES

Madre Marie de S. Mikeal, F.M.M.

I — Fundamentos

... “a colaboração dos pais e professores deve ser profunda e constante. Com muita boa vontade encorajaremos tudo o que possa facilitar e tornar cada vez mais estreita a colaboração da escola e da família. Esta, de fato, escolheu o professor para preparar a criança a viver, na sociedade, na Igreja, sua vida de adulto. A família não deve e não pode abdicar à sua função orientadora; a colaboração é natural e necessária. Mas ela supõe, para ser fecunda, um **conhecimento mútuo, relações constantes, unidade de pontos de vista, retificações sucessivas**. Então somente, os professores poderão tornar efetivo seu ideal. A família deve ser o mais sólido apoio do professor, em todos os graus: local, sindical, nacional. O professor é, em primeiro lugar, o delegado da família, e depois somente, se o caso se apresentar, o funcionário público, o empregado do Estado ou da sociedade de ensino” (5 de janeiro de 1954).

Esta citação do grande, sábio e imortal Pontífice Pio XII, condensa em poucas palavras o que devem ser em nossos colégios as relações entre pais e mestres.

Lar e escola visam para cada criança finalidades idênticas. A criança sofre inúmeras influências que contribuem para sua educação; se não houver concordância, se não houver cooperação por parte de todos os que a rodeiam, surgirão conflitos, a criança encontrará dificuldades na adaptação ao ambiente e na formação de sua personalidade.

A ação construtiva conjunta da família e da escola é indispensável ao bom êxito da obra educacional. Tal desenvolvimento harmônico deve processar-se normalmente dentro da vida escolar, mas necessita **desenvolver-se, acrisolar-se, e melhor se definir** nas chamadas Associações de Pais e Mestres ou Círculos de Pais e Professores.

A razão de ser da existência desses Círculos é evidente, e parece impossível haver hoje em dia escolas que não os possuam.

Poderão alguns dizer: “No meu tempo não existiam semelhantes associações, e, no entanto, parece que recebi boa educação. Será que a na-

tureza humana mudou?”. A natureza humana, não creio, mas as condições de vida, sim, mudaram e com rapidez incrível! Vêm a propósito as palavras do Dr. Wall, do Departamento de Educação da U.N.E.S.C.O.:

“O que caracteriza a vida contemporânea, seja nos países considerados “desenvolvidos” ou nos “em desenvolvimento”, é a rapidez das transformações sociais. Devemos assimilar, no espaço de uma vida, uma seqüência de mudança no plano social, na tecnologia e mesmo no pensamento — que outrora se estenderia sobre numerosas gerações. Nossos filhos, nascidos para o rádio, a televisão e a desintegração atômica, devem desenvolver-se através de uma nova revolução industrial, social e mesmo política, cuja equivalência não podemos conceber: Além disso, as circunstâncias no meio das quais as crianças e os adolescentes crescem, não lhes asseguram de maneira alguma, automaticamente, as condições psicológicas favoráveis à formação de personalidades bem equilibradas. Espaço vital restrito, perigos no lar e na rua, solicitações da publicidade e dos meios modernos de propaganda, famílias incompletas ou mesmo deslocadas, todos êsses fatores e muitos outros, privam as crianças de grande número de elementos necessários ao seu crescimento. Assim, a família e a escola devem suprir, muitas vêzes de maneira artificial, o que no passado era produto acidental de circunstâncias mais favoráveis. Diante de tais conjecturas, os pais, que representam efetivamente a comunidade adulta, e os mestres, que possuem competência particular em matéria de educação, devem forjar uma nova educação adaptada a êsses novos tempos. A escola deve pôr seus conhecimentos a serviço não *somente das crianças*, mas *dos pais*; as famílias devem pensar nos problemas que preocupam a todos nós, devem estar preparadas a intensificar seu esforço educativo, ao mesmo tempo — com a escola — pela escola, e na comunidade.

“Esta última tarefa parece-me a mais importante de tôdas para o futuro.

“Para enfrentá-la, os pais e mestres têm necessidade da ajuda e das observações contidas nas ciências humanas e em particular na psicologia da criança. Os psicólogos, os que se dedicam ao trabalho social, os sociólogos têm importante contribuição técnica a fornecer a essa obra, pois a família e a escola necessitam de seus serviços.

“Mas o saber é em si mesmo insuficiente, e nêsse domínio delicado da educação das crianças, êle não pode ser ensinado didaticamente. Trabalhando juntos em pequenos grupos, estudando as numerosas e urgentes questões surgidas sob diversos pontos de vista na vida da família e na vida escolar, pais e mestres podem aprofundar seus problemas comuns, e chegar a soluções que nos farão avançar no caminho de uma melhor saúde mental em nossa sociedade”.

Além disso, cada vez mais urge intensificar a todo custo a Pastoral, em nível familiar, e como diz o Rev. Padre Tiago G. Cloin, secretário da C.R.B., na conferência pronunciada por ocasião da solene ses-

são inaugural do Instituto de Pastoral (São Paulo, 2 de março de 1959): "... o indivíduo, em geral, não persevera, se não fôr sustentado pela família; daí a exigência de apostolado no nível familiar, pois é geralmente a família que determina a religiosidade do indivíduo. É assustador o problema da religiosidade de nossos ex-alunos: passada a permanência em nossos institutos, os jovens em geral afastam-se da religião. A causa principal desse fracasso é sem dúvida a falta de apostolado junto às famílias. É necessário influir no nível religioso e moral dos lares de nossos alunos, elevá-lo", e justamente esse é um dos principais objetivos visados pelas associações de pais e mestres.

II — Objetivos Gerais

a) No âmbito família-escola

Pais, mestres e alunos formam na escola uma verdadeira comunidade; mas, por estranho que pareça, muitos deles não se convenceram ainda dessa verdade: vivem sem se conhecerem. Escreve a mãe de um aluno: "Precisei de alguns anos para compreender o papel de uma Associação de Pais e Mestres. Fazia parte do Comité de uma delas, no colégio de minhas filhas; depois de algum tempo, comecei a perguntar a mim mesma: Qual a finalidade de uma associação de pais? Pareceu-me clara, então, a necessidade de os pais se unirem aos professores, uma vez que os filhos vivem juntos na mesma escola, fazendo parte forçosamente duma mesma comunidade que visa à sua educação".

Daí a condição primordial indicada no trecho citado de Pio XII: o "Conhecimento mútuo" de pais e mestres e dos próprios pais entre si, conhecimento este facilitado pelas relações constantes em reuniões e atividades diversas das Associações de Pais e Mestres, como veremos adiante.

Diga-se de passagem, que se torna indispensável a participação de todos os mestres religiosos e religiosas nessas reuniões e atividades, para que se estabeleçam assim, dentro das normas da prudência, contatos frequentes com os pais, em vista de um conhecimento melhor do aluno. A situação familiar esclarece muitas vezes o comportamento da criança na escola, podendo estes dados servirem de preciosa orientação para os mestres.

A colaboração família escola se estende a todos os campos: educacional, recreativo, assistencial, financeiro, etc. Este entrosamento contínuo, esta cooperação constante entre pais e mestres conduzirá a maior unidade de pontos de vista, da qual fala Pio XII. Em nosso século especialmente perturbado, dividido, é mais necessário do que nunca esta unidade de pontos de vista entre pais e mestres, para que o aluno possa se desenvolver integralmente e alcançar o equilíbrio de sua personalidade. Deve haver entendimento entre pais e professores a respeito de idéias e medidas educativas. Uns não devem negar, anular, condenar o

que os outros afirmam, valorizam e louvam. Para realizar esta união em tórno do educando é necessário estudar, nos encontros e reuniões, os problemas gerais relacionados com a educação e o ensino, bem como as dificuldades particulares de determinados grupos.

Além dessa importante cooperação em favor do educando, uma das finalidades precípua das Associações de Pais e Mestres é o aperfeiçoamento do pai, do educador, e isso deve ser constantemente visado através das diversas atividades desenvolvidas: aulas ou conferências sobre psicologia da criança, do adolescente; palestras sobre pedagogia; para as mães: aulas de corte, costura, puericultura, etc., e principalmente aprofundamento espiritual nas aulas vivas de religião, nos dias de recolhimento, etc.

b) No âmbito estadual e nacional

Sendo a família a grande responsável pela educação, ela deveria ser a primeira a levantar a voz através de seus organismos ou associações, quando se tratar de legislação especialmente relacionada com a educação e defesa da família. Aqui tocamos o ponto nevrálgico, principalmente no Brasil. Onde estão os organismos familiares bem constituídos e fortes? Podemos verificar esta carência na época das recentes greves dos alunos secundaristas e podemos verificá-la ainda... Ausência quase completa da influência dos organismos familiares numa reforma tão importante e vital, como seja o Projeto de Diretrizes e Bases do ensino.

Essas associações atingiram em certos países da Europa, por exemplo na Bélgica, uma grande pujança, com inúmeros associados, conseguindo resultados prometedores, mesmo no plano nacional.

As Associações de Pais de Família devem por conseguinte, ultrapassar os horizontes dos próprios colégios, filiando-se às Associações estaduais e nacionais. Aqui, como em todos os terrenos, a união faz a força. Não podemos mais ficar isolados, deixando que os inimigos se unam para nos vencer. As associações de Pais e Mestres poderiam e deveriam ser a maior força de uma verdadeira democracia, defendendo os interesses sagrados da família e da educação.

III — Organização — Funcionamento.

a) Estatuto-Diretoria

Só poderá produzir bons frutos, bons resultados, uma associação bem organizada. No trabalho do Prof. Francisco da Gama Lima Filho, presidente da florescente Associação de Pais e Mestres do Externato S. José, dos Irmãos Maristas, encontram-se sugestões para elaboração dos estatutos que devem ser curtos, simples, concisos. A Diretoria deverá ser composta de pais de família, com um assessor ou assistente religioso, nomeado pelo superior.

O atual presidente, recém-nomeado, da Associação de Pais de Família do Estado da Guanabara, Dr. Neif Antonio Alem, com quem estive palestrando há alguns dias, me chamou a atenção sobre um ponto que acho interessante. É medida prudente, para evitar certos inconvenientes que poderiam advir com presidentes menos bem formados, nomear um padre ou uma religiosa para presidente do Conselho Consultivo. Deu-me como exemplo, o núcleo de Pais e Mestres Santa Ursula, tão próspero e cheio de vida.

b) Filiar-se à Associação estadual

Onde houver Associação de Pais de Família estadual, é necessidade urgente filiar-se e, onde não existir, convém pensar nas organizações destas Associações estaduais que nos permitirão unir as nossas forças, infelizmente tão dispersas neste terreno. A A.E.C. poderá, correspondendo a um desejo expresso pelo Revdo. Pe. Tiago na apresentação do trabalho já citado, auxiliar os colégios na fundação de núcleos de Pais e Mestres, pois é sonhar em vão com Associações nacionais, enquanto não existir em cada colégio um núcleo forte e bem organizado. No Estado da Guanabara está se reorganizando a Associação de Pais de Família, sob o impulso do novo presidente que tem justamente como programa de ação a fundação de numerosos núcleos colegiais. Os já existentes (sòmente 20 sobre centenas de estabelecimentos) deverão prestar à Associação estadual uma grande e generosa colaboração para seu reerguimento. A Associação de Pais de Família do Rio é genuinamente católica, como é fácil verificar pelos seus Estatutos. A União Nacional de Associações Familiares congrega Associações de todos os credos. Trabalhe-mos para que dentro da U.N.A.F. sejamos uma força viva, atuante. A omissão de muitos católicos, neste terreno como em muitos outros, nos levará a uma situação irremediável.

c) Reuniões

O bom funcionamento de uma Associação depende em grande parte das reuniões ou assembléias, onde se congregam todos os membros para planejar, discutir problemas, solucionar questões etc... Como deverão ser as reuniões para que correspondam aos objetivos propostos? Necessário é que sejam interessantes, agradáveis, freqüentes e tenham um cunho eminentemente educativo e prático.

Tipos — Há vários tipos: poderão ser reuniões gerais, ao encargo de um orador que fará uma exposição clara, concisa (20 minutos mais ou menos, no máximo meia hora), sobre determinado assunto, havendo logo após discussões, perguntas, etc., que irão esclarecer as dúvidas, ou simplesmente uma palestra íntima, tornando-se a reunião mais uma troca de idéias. Esta última poderá ser em forma de painel ou sócio-drama, o que de antemão predispõe os assistentes, deixando-os à vontade e facilitando a tarefa de orientá-los para o fim desejado.

São aconselhadas, para maior aproveitamento, as reuniões de classe, onde poderá ser reunido um grupo mais homogêneo. Reuniões simples, sem nada de protocolar. Responde-se às objeções, propõem-se idéias, corrigem-se falhas, havendo ao mesmo tempo contato mais íntimo entre professores e pais, o que é essencial. Para estes tipos de reunião é de grande utilidade entregar aos pais, dias antes, um questionário sobre um assunto já determinado, para que seja respondido por ocasião da assembléia. Os responsáveis terão assim uma idéia do que se irá discutir e estarão preparados para expor com mais facilidade e desenvolver suas dúvidas e dificuldades.

Aconselhamos, por uma experiência realizada, a dar um aspecto festivo às reuniões gerais, tornando-as verdadeiramente atraentes. Para isso, basta encarregar uma ou duas classes, conforme o grupo que mais se desejar atingir, de preparar a parte recreativa: cantos, música, declamação, côro falado, etc.; não devendo esta parte ultrapassar a 15 ou 20 minutos. Logo após, as crianças, em outra dependência, assistirão a uma sessão de cinema, por exemplo, e os pais poderão ouvir a palestra, a qual, conforme o assunto, poderá ser ouvida pelos adolescentes.

As assembléias assim dirigidas e orientadas tomam um cunho familiar, aproximando pais, professores e alunos, tornando-se a escola uma verdadeira família, onde são raras as dissensões e, quando surgem divergências, são elas facilmente desfeitas.

d) Outras atividades: Experiências realizadas.

Atividades religiosas — As reuniões periódicas, bem orientadas, facilitam a aproximação de pais e professores, preparando a escola para estender suas atividades junto às famílias. O Círculo de Pais e Professores, tornando-se uma realidade, irá influenciar na educação dos pais. Surgem as obras de apostolado que encontram campo propício: aulas de catecismo para as mães, retiro para mães e casais, trabalho de regularização de casamentos, etc...

Outra sugestão muito bela e de grande alcance é a experiência feita com um grupo de mães na França. Estas foram convocadas para algumas reuniões cuja finalidade seria a de fazer com que as próprias mães se interessassem mais vivamente pela comunhão de suas filhas. O problema foi exposto, as mães solicitadas se comprometeram, após algumas objeções, a seguirem mais de perto o estudo de catecismo das crianças. A tarefa foi depois dividida entre catequistas e mães. Ao aproximar-se o dia da 1.^o comunhão cada uma se encarregou de levar sua filha à confissão e, no próprio dia da cerimônia, as mães, sentindo-se mais responsáveis pela formação das néo-comungantes, aproximaram-se também da mesa eucarística, sentindo que havia "uma qualquer coisa de diferente das outras cerimônias". O que seria esta qualquer coisa, se não o sentimento da responsabilidade cada vez maior sobre a alma de suas filhas?

Atividades Assistenciais e Educativas — O Círculo de Pais e Professôres tem ótimas oportunidades para impulsionar as atividades assistenciais, tais como: visitas às famílias das alunas que se acham em dificuldades financeiras ou que necessitam de um apoio moral; costura, preparando o Natal das crianças pobres, auxílio às famílias das favelas, etc...

Entre as atividades educativas convém mencionar as **aulas**: cursos de psicologia, de artes domésticas, decoração do lar para as mães, etc., que reúnem sempre um bom número de interessadas, a **Biblioteca** do Círculo, elemento de grande importância para a formação dos pais.

Atividades Sociais e Artísticas — A Associação de Pais e Mestres pode ser o principal apoio do colégio na organização de festas, quermesses, reuniões sociais, piqueniques etc., ocasiões únicas para uma maior aproximação num ambiente alegre e favorável. O Círculo vem em auxílio da escola, prestando seu apoio e prestigiando por diversos meios as atividades extra-circulares: grêmio, desportos, clubes infantis etc... Em nosso Externato, as Mães fundaram, também, o seu próprio grêmio (Grêmio Artístico Musical). Surgiu espontâneo. Com que alegria e entusiasmo entregam-se as mães aos ensaios de canto, apresentando um câoro muito bem formado nas reuniões festivas, nas Páscoas e missas da Associação.

Os pais entusiasmarão-se e sonham fundar o Grêmio dos Pais ou melhor o Grêmio familiar, com sede própria, onde seus filhos encontrarão ambiente são e alegre, com diversões salutaras, sob as vistas paternas. Por enquanto... é somente... sonho!

e) Cooperação Financeira

O Círculo de Pais e Mestres coopera financeiramente, oferecendo bolsas a um certo número de alunos, fornecendo material escolar, uniforme, etc... a certos alunos desamparados. As campanhas financeiras pró-construção ou melhoria do colégio são muitas vèzes levadas a efeito por uma comissão escolhida dentro da Associação. Vale a pena ler a êste respeito o Boletim n.º 31 de maio de 1959 da Associação de Pais e Mestres do Externato S. José.

f) A fundação, a organização e a boa marcha de um Círculo de Pais e Mestres, dependerão do Diretor, do Superior que saiba escolher os elementos que serão a alavanca do movimento.

Após uma experiência de 15 anos de trabalhos com Círculos de Pais e Mestres, posso afirmar ser quase impossível trabalhar em colégio, sem esta colaboração, depois de havê-la experimentado.

o o o

Concluindo, ousou fazer um respeitoso apêlo a todos para que junto às Casas que dirigem insistam e incentivem a fundação de **núcleos colegiais bem organizados e atuantes**, aconselhando aos já existentes a se filiarem às Associações estaduais.

FORMAÇÃO PSICOLÓGICA E SOCIAL DOS RELIGIOSOS EDUCADORES

Pe. Frei Valfredo Tepe O.F.M.

O nosso trabalho ocupa-se com o problema educacional. Se definimos educação como “influência consciente e construtiva numa pessoa em evolução”, excluimos, de antemão, grande número de elementos. Não trataremos da influência destrutiva, chamada sedução. Não falaremos da influência inconsciente, exercida por diversos fatores ambientais, de eficácia muitas vêzes notável, que podem pôr em cheque o esforço do educador vocacional.

Focalizando como objeto em estudo a pessoa em formação, é claro que delimitamos o conceito “pessoa” para o homem. O puro espírito não se encontra em estado de evolução. Embora o homem durante a vida esteja em evolução, e seja por isso sempre susceptível e necessitado da influência educacional (hétero ou auto-educação), ocupar-nos-á, neste artigo, a pessoa humana na fase mais acentuada de evolução: infância e adolescência.

Mesmo assim delimitado, por processo de eliminação, o tema ainda é vasto. Não pretendemos esgotá-lo. Apenas apresentaremos algumas observações que nos parecem importantes ou interessantes. Estudaremos alguns aspectos psicológicos e sociais da pessoa humana em formação. Daí facilmente se podem inferir as qualidades psicológicas e sociais da pessoa que quer influir nessa pessoa em formação, ou seja, do educador.

O trabalho obedece ao seguinte esquema:

I. Aspectos psicológicos

- a) Evolução do “Eu” (Duplo aspecto do “EU”
(Educação e relações vitais
- b) Tarefa do educador

II. Aspectos sociais

- a) Caráter social do “EU”
(Amizade construtiva
- b) Papel do educador) Subjetivismo ou objetividade?
(Caráter bilateral da educação

I — ASPECTOS PSICOLÓGICOS

1) Evolução do “Eu”

Num discurso sôbre psicologia aplicada, cheio de sugestões também para educadores, definiu Pio XII a pessoa humana como “a unidade psico-somática do homem, enquanto determinada e governada pela alma”. Esta definição fala primeiro da pessoa como de uma unidade, visto considerá-la como um todo cujas partes, embora conservando os seus caracteres específicos, não estão separadas, senão ligadas orgânicamente entre si... Diz em seguida a definição que unidade psico-somática é determinada e governada pela alma. O indivíduo, como unidade e totalidade individual, constitui um centro único e universal de ser e de ação, um “Eu” que se possui e que dispõe de si mesmo. Esse “Eu” é o mesmo para tôdas as funções psíquicas sendo o mesmo, apesar do decorrer do tempo.

É notável como Pio XII aceitava os progressos da ciência. Sua definição de pessoa, sobretudo o uso destacado do termo “Eu”, patenteia a influência da psicologia moderna. Ele mesmo cita na ocasião a definição escolástica da pessoa como: “*rationalis naturae individua substantia*”.

E continua: “Nêste sentido, o homem é sempre pessoa, um indivíduo distinto de todos os outros, um “Eu” do primeiro ao último instante de sua vida, mesmo quando não tem consciência disso”.

a) *Duplo aspecto do “Eu”*

Aparece o duplo aspecto da vida humana: de um lado o “Eu” como centro único, universal, permanente e contínuo através de tôdas as modificações, que em linha reta parece estender-se para seu pleno desdobramento. Do outro a realidade psico-somática que condiciona o caráter alternado (fásico) da vida. A criança não é o adolescente; o adulto não é o homem velho. Todavia, o “Eu” é o mesmo e tende a ser sempre mais “ele mesmo”, atualizando plenamente o seu potencial. Aí estou tentando citar, embora talvez imprôpriamente, uma palavra de São Paulo: “Embora se destrua em nós o homem exterior, todavia o interior vai se renovando de dia para dia” (2 Cor 4,16).

O “homem interior”, o “Eu” tende para uma evolução em linha reta. Sob êste aspecto, a vida é um todo. O “homem exterior”, ou digamos: a biologia e o psiquismo, não evolui em linha reta, mas em ciclos ou fases. De 15 em 15 anos, mais ou menos, a natureza elabora uma estrutura de vida humana diferente. Ela produz primeiro o “tipo” criança: aos 9 ou 10 anos a criança é um tipo de vida humana que repousa em si mesma, é algo perfeito em sua ordem. Mas logo a natureza começa, como que insatisfeita, a desfazer o que fez: a desmontar uma estrutura para começar outra. A passagem de uma estrutura para outra, época de confusão e desequilíbrio, é sempre crítica: é crise. Pela crise da puberdade passa o ser humano para a fase da adolescência. Aos 20 anos o

jovem é outra vez belíssima realização de vida humana: tipo perfeito — não do homem em geral, mas de uma fase, de determinado ciclo estrutural: da mocidade. Outra vez, pelos 30 anos, essa fase é abandonada para iniciar-se, através da “crise” da “experiência” (não tão perturbada como a da puberdade), nova fase: a do homem adulto. Aos 35 temos a cristalização de um novo tipo perfeito de vivência humana: o homem ativo e empreendedor. Pela “crise” de desencanto (acentuada na mulher pelo climatério), passa o ser humano para a fase da idade madura. Aos 50 anos temos então o “tipo” do homem sereno, sem ilusões e arrebatamentos, mas seguro de si e comunicando segurança aos outros. E novamente o ritmo da vida leva o homem para outra crise que podemos chamar de desprendimento: passada a qual se inicia a fase da velhice que, nos melhores resultados, produz o “tipo” humano do “sábio”, do “ancião venerável”.

Qual o sentido dêsse duplo aspecto da vida humana ? De um lado um “Eu” que sempre permanece o mesmo; do outro, diversas fases em que esse “Eu” representa tipos de vida biológica e vivência emotiva diferentes. Esse movimento cíclico, essa subida ao climax de um tipo representativo da estrutura da infância, adolescência, idade madura, etc., seguida pela descida e passagem por uma crise de desprendimento e nova adaptação, não será aprendizagem para a despedida final que é, ao mesmo tempo, entrada na vida perene: a morte?

Seja como fôr, importante do ponto de vista psicológico é verificar a existência de tais fases, de tais ciclos evolutivos. A vivência emotiva está presa aos ciclos. O “Eu” segue em linha reta. A vida afetivo-emocional realiza-se em ciclos. Quando se fala em imaturidade emocional, pode-se gerar idéia errônea: como se a vida emocional se desenvolvesse, pari passu, com a vida intelectual-volitiva do “eu” espiritual. Antes devíamos falar em desequilíbrio emocional. Tal desajustamento sempre se produz, quando a vivência emocional não corresponde à fase em que se encontra a biologia.

Uma senhora de 40 anos que desesperadamente quisesse realizar a vivência emotiva de uma jovem de 20 anos, estaria desajustada. Para se compreender equilíbrio resp. desajustamento psíquico a idéia das diferentes fases parece indispensável. O desajustamento se dá quando ou se antecipam fases futuras ou se estabelece fixação em fases ultrapassadas. O adolescente que ainda vive preso aos apêgos e dependências afetivo-emocionais da infância, é psicológicamente desajustado, como é desajustada a criança que não tem direito de brincar, mas da qual exigem ocupações e responsabilidades reservadas ao adulto.

O equilíbrio emocional é importante para a evolução em linha reta do “Eu”. Tôda fixação emotiva retarda ou dificulta o desenvolvimento da pessoa. Importa para a boa evolução do homem que tôdas as fases bio-psíquicas sejam vividas integralmente e que se faça autêntico desprendimento de fases ultrapassadas. Quanto mais precoce o desequilí-

brio emotivo, tanto mais pernicioso. Traumatismos emotivos da primeira infância estarão na base de futuras neuroses. Quando a vida coloca nos ombros carga excessiva de P.D.C. (a abreviação nada tem com política: não se trata de Partido Democrata Cristão, mas sim, de: Preocupações, Desgostos, Cuidados), quando o peso do PDC é excessivo, fendas invisíveis e esquecidas do psiquismo, abertas por traumatismos da primeira infância, se alargam e pode dar-se o desmoraonamento, o tal "esgotamento nervoso" tantas vezes atribuído ao excesso de trabalho; quando excesso de trabalho, por sua vez, não raro é sintoma de insegurança psíquica: evasão de desajustamentos íntimos.

b) Educação e relações vitais

Os biólogos sentem-se tentados a perguntar: porque o homem não nasce depois de 22 meses de gestação, isto é, em época em que ao menos já pode ficar em pé, como os demais mamíferos que, ao nascimento, já têm sua posição definida no mundo? Erro de cálculo da natureza? Não! A natureza, ou melhor, o Criador não se enganou. Esse nascimento, biologicamente precipitado, é sinal que as pernas físicas são para o homem menos importantes que as pernas psíquicas. É mais importante que a criança seja carregada no colo da mãe do que por seus próprios pés. Firmar a sua posição "psíquica" é mais importante que conseguir firme posição física. A posição do homem no mundo é fundamentalmente de **confiança** que se desenvolve pela experiência psíquica do aconchêgo. Abandonado o primeiro e mais perfeito aconchêgo: o biológico do útero materno, a criança, desde o início da nova fase, do segundo estágio de sua evolução, precisa encontrar o aconchêgo psíquico de um mundo amigo, representado pelo abrigo do lar. A segurança e o aconchêgo do ambiente caseiro são coisas de que todas as crianças necessitam para serem felizes e trilharem com confiança o caminho da vida. A medida de confiança primária, necessária para uma vida construtiva, não depende tanto do domínio das próprias faculdades, por ex. das pernas, quanto das primeiras impressões recebidas do mundo ambiente. A confiança em si mesmo, a confiança básica, de caráter ainda pré-lógico, confiança emotiva e instintiva, depende por assim dizer, da "descoberta do outro", do ser humano que representa o mundo no primeiro encontro decisivo; e esse ser é a mãe.

A ligação afetivo-emocional com a mãe, e depois também com o pai, é de importância decisiva na formação da pessoa humana. É necessário que a criança viva plenamente essa fase; mas é necessário também que ela a ultrapasse. A educação não começa com o uso da razão. Começa com o adestramento e treino para a vida das faculdades afetivo-emocionais. Formação ou deformação, por ex., da consciência, podem daí ter a sua origem. A consciência é uma faculdade complexa do ser humano. Só ele a possui; só ele tem da vida espiritual a vida afetivo-emocional. Consciência não é simples formação de juízos intelectuais

sobre nossas ações; é também repercussão desse juízo na camada emocional. Deformação das faculdades emocionais na primeira infância pode produzir consciências deformadas (moral insanity, escrupulosidade, etc.).

Aparece, pois, o absurdo da tese que reserva o nome de educação só à influência sobre o espírito consciente. A primeira educação, primeira influência consciente e construtiva num ser em formação exerce-se no lar, pelos pais; êles atuam através dos laços vitais ou seja das relações bio-psíquicas.

Não há interferência na formação senão através de relações pessoais. De começo essa relação é de caráter vital. A criança está unida aos pais, sobretudo à mãe por laços biológicos e afetivos. Usando conscientemente desses laços, os pais influem na formação da criança. Pelo impulso das emoções encaminham-na à evolução. Apelando ao amor filial, usando do castigo, incutindo medo, provocando o sentimento da vergonha, estabelecendo o jôgo automático de reflexos condicionados, dão à criança uma primeira educação. O pai, ou a mãe, diz por ex. à criança: "vem" ou "vai"; e ela o faz. Dizendo o mesmo a filhos de outros, êsses não obedecem porque não vêem nêles os pais.

Pode ser que os próprios filhos nem sempre façam o que os pais mandam. Aí êsses se defrontam com nova situação: as ligações vitais são lábeis, nunca infalíveis. Falhando o afeto filial, os pais recorrem à ameaça do castigo, mostram a palmatória: substituem a ligação filial pelo medo, outra forma de relação vital. Mas mesmo aí as vezes se deparam com insucessos. Talvez apelem então à sugestão: "seja bonzinho", "mamãe fica triste": o rosto triste da mãe bole com o sentimento de vergonha — outra relação vital. Se certas ações se repetiram um número suficiente de vezes sob influxo de uma das motivações vitais, estabelece-se o automatismo dos reflexos condicionados.

Tôda essa educação, tôda essa obediência está ainda aquém da verdadeira moralidade. O bem e o mal não ainda conhecidos na sua realidade espiritual, mas antes como agrado e desagrado, como ajuda ou ameaça do bem estar da criança. Instintivamente, cedendo aos impulsos emotivos de afeto, medo, vergonha, rotina, acomoda-se a criança às forças que são mais fortes do que ela. A confrontação com tais forças no processo de expansão do pequenino mundo da criança, dá início à formação de um mecanismo psíquico que freia os instintos, e que, na moderna psicologia, se denominou: o "Super-Ego". Essa instância introjetada não é a consciência, antes um estágio para se chegar a ela. É mais um instinto "sui generis" sem qualidade moral, mesmo quando se trata de obediência às ordens dos pais, já que não repousa sobre conhecimento de valores espirituais, mas sobre o medo de perigos para a própria existência. Todavia, é necessária a formação normal de tal Super-Ego. Sem essa base, a futura educação espiritual encontrará muitas dificuldades. Todos os educadores conhecem as dificuldades criadas por crianças que não trazem um lastro de tal "educação doméstica"

— educação baseada no estabelecimento de normas — o Super-Ego, através do uso consciente de relações vitais por parte dos pais.

Tão necessária como é a formação desse Super-Ego, é o seu desmonte nas fases seguintes. A tarefa da educação consiste em transformar progressivamente os reflexos compulsórios ou inibitórios em conhecimentos de valor moral assimilados, desmanchando-se sempre mais os tabus do Super-Ego. Todo o processo harmonioso da evolução humana — seja isso dito mais uma vez — consiste na vivência integral de cada fase da vida, como no seu desligamento autêntico quando se inicia nova fase.

Falando tanto em fase e estágios, ocorre-me a idéia de uma moderna invenção: o satélite artificial. O sputnik podia servir de símbolo moderno para uma realidade antiga: o homem.

O Sputnik é uma pequena esfera, dotada de finos instrumentos que registram e anunciam ao homem na terra os fenômenos do espaço. Para se colocar no espaço, o Sputnik precisa do auxílio de um gigantesco foguete. Esse consta de diversos estágios. Terminando o primeiro sua tarefa, desprende-se depois de ter acendido o combustível do segundo. O último estágio, afinal, coloca no espaço o satélite: a pequena esfera com os instrumentos. Em comparação com o foguete, o satélite é insignificante. Todavia, é mais importante que o foguete. O foguete é-lhe subordinado. Só tem valor como portador do satélite. Não conseguindo colocá-lo na órbita, fracassou, por mais imponente que tenha sido a arrancada e mais atordoador o barulho. Há foguetes que não são mais nada que foguetes. Disparam-se, explodem, fazem barulho, produzem fumaça — e cumpriram com isso seu destino. Mas o foguete que traz no seu cone uma esfera, só cumpre sua missão, quando a coloca no espaço em determinada órbita.

Imagem do homem. Sua entrada na existência é um como disparo de foguete. No primeiro estágio, na fase biológica, se desenvolve fantásticamente. No estado uterino, segundo a teoria evolucionista, parece percorrer o curso filogenético da humanidade. (Parece ser primeiro ameba unicelular, depois verme pluricelular, mais tarde peixinho ou ainda anfíbio, réptil, finalmente mamífero caudado, até se evidenciar a forma nitidamente humana). Mas desde o primeiro instante, existe no óvulo fecundado a única alma humana que, com segura entelêquia, dirige a evolução biológica na fase uterina como nas primeiras semanas depois de nascida, quando apenas parece vegetar como “bichinho”.

O “Eu” da personalidade humana já existe, como existe a esfera no cone do foguete. Só que no primeiro estágio o foguete não ganhou altura necessária para a esfera entrar em sua órbita. É necessário que o foguete percorra os diversos estágios para ganhar velocidade e altura; é necessário que o ser humano percorra as fases biológica e psíquica para o “Eu” pessoal poder atuar.

Se no primeiro estágio houver alguma falha, o foguete interior pode fracassar, por não ganhar a velocidade suficiente. Fase biológica

perturbada, pode significar criança mentalmente atrasada. Sempre mais aparecem aos olhos dos cientistas os fatores e elementos biológicos que condicionam a boa evolução da criança. O parto, por ex., muitos biólogos passam a considerá-lo mais do ponto de vista da criança como uma das aventuras mais arriscadas e mais incisivas da existência humana, cujo mau funcionamento, não raro, produz perturbações psíquicas permanentes. Aham êles que o início relativamente lento da respiração logo após o parto origina freqüentemente perturbações neuróticas que se mantêm durante a vida tôda. Sabe-se também que só em 10% dos casos de comições cerebrais, sofridas durante a infância, não se verificam mais tarde consequências. Lesões do cérebro antes dos 3 anos, levam invariavelmente a dificuldades na educação. Testes psicológicos e exames altamente especializados, feitos pela universidade de Marburgo, revelaram que metade de todos os casos de crianças em idade escolar atrasadas ou inadaptadas apresentaram sintomas patológicos ou consequências dêles que o organismo ainda não conseguira vencer. Em 12% dos casos verificaram-se infecções e deficiências cerebrais inatas ou adquiridas. Para todo êsse grupo e para, pelo menos, um terço de tôdas as crianças difíceis de educar, o problema educacional transformou-se em problema clínico. Daí podemos concluir para a importância do percurso normal e sem acidentes do primeiro estágio: a fase biológica.

Depois entra o ser humano no segundo estágio que o leva mais alto: fase da vida sensitiva, de percepções, reações afetivas. Os diversos estágios entrosam um no outro: a fase biológica prepara o terreno para a atividade psíquica. Perturbações ou anomalias dessa segunda fase têm influência prejudicialíssima na evolução total.

No terceiro estágio, deixa o homem para trás tôdas as demais criaturas: desenvolvendo suas energias intelectuais. Mas o escopo de tudo isso é colocar na órbita certa uma personalidade madura, consciente e responsável. Quando não se consegue isso, a vida humana foi uma tentativa fracassada. Por mais bela que seja a energia biológica, o homem não pode contentar-se com ela; seria uma negação. Um animal não tem outro destino; cumpre sua missão como simples foguete: disparando e se consumindo. Ao homem não lhe basta viver da energia biológica, nem tão pouco desenvolver suas energias psíquicas e intelectuais. Viver humanamente é colocar-se na órbita certa como personalidade consciente e responsável. O resto é subordinado a isso. Quem se contentasse com o resto seria um fracasso humano.

Tôda comparação claudica. A imagem do Sputnik ilustra bem o papel dos diversos estágios a se percorrer e a ultrapassar. Mas a personalidade humana não se desfaz dos estágios como o satélite, que é seguido, talvez à distância, pela ultima parte do foguete. A pessoa é a "unidade psicossomática do homem enquanto determinada e governada pela alma". O "Eu" espiritual deve colocar-se na sua órbita. Mas êsse "Eu" está sempre unido aos estágios biológicos e psíquicos que fornecem ao espí-

rito “um tributo contínuo de energias pelos seus processos vitais” (Pio XII). Outrossim, há diferença entre Sputnik falhado e homem fracassado. No primeiro caso o fracasso é irreparável. O homem, porém, enquanto vive, é recuperável. Deus lhe concede infinitas possibilidades de recomeçar, de ultrapassar a fase biológica, psíquica, intelectual, de vencer a atração da matéria e de se colocar na órbita de uma vida moral, decente, consciente e responsável.

2) Tarefa do educador

Com isso chegamos ao papel do educador: ajudar a evolução da pessoa, ajudar alguém a se colocar na órbita própria como personalidade madura. Tôdas as observações que fizemos assinalam a primeira qualidade psicológica do educador: conhecer o papel da vida afetivo emocional na evolução dos educandos e conhecer o seu próprio papel de educador.

O educador não é simples substituto ou continuador dos pais. Ou, se continua o trabalho dos pais, fá-lo de maneira progressiva; não apenas numa rotina de repetição. A entrada do educador na vida das crianças cataliza novas fôrças que a ajudarão a vencer a fase de ligação filial. O educador religioso entra em contacto com o educando geralmente quando êsse está na idade escolar. O aparecimento de um novo adulto, ao lado dos pais, precipita a evolução da criança no sentido de dissolver as ligações vitais. Já vimos a necessidade da educação doméstica, conseguida por fatores afetivo-emocionais. É, porém, igualmente necessária a substituição dessa educação, dessa “moral” que não é moral, dessa “obediência” que não é obediência no sentido ético. Aí está o papel importante do educador. Sem a presença dêle, as crianças muitas vêzes não conseguem libertar-se das ligações e dependências filiais e vitais. Sobretudo se u’a mãe imprudente cultiva tais dependências, achando-se talvez a melhor das mães pela solicitude com que se dedica; solicitude que, na verdade, abafa a personalidade do filho.

As relações afetivas e emotivas da criança para com a mãe e o pai são de importância capital para ela. Mas igualmente importante é para ela que essas relações sejam gradativamente ultrapassadas por novas relações de caráter mais pessoal e livre, relações de **amizade**. O fato é que muitos pais não sabem tornar-se amigos de seus filhos. A relação vital prevalece, e impede a formação de relações pessoais e livres. O jovem precisa primeiro desprender-se dos elos vitais — e consegue isso através de relações pessoais com outras pessoas, notadamente com o educador. Depois será capaz de ver também nos pais pessoas humanas, não apenas os sustentáculos de seu mundo afetivo-emocional de criança, pessoas com as quais pode entrar em intercâmbio amigo. Aos pais falta, não raro, a clarividência dessa situação. Êles mesmos estão presos aos filhos por laços vitais e querem prender, inconscientemente, os filhos para sempre, nessas relações vitais e psíquicas.

O homem, todavia, não pode parar no segundo estágio. O foguete tem destino de subir mais. A evolução afetivo-emocional será seguida pela fase intelectual-volitiva, pelo cultivo da personalidade livre. Disse Pio XII aos educadores: "A educação cristã está bem longe de esquecer a personalidade nem sequer da criança, e de lhe matar a iniciativa. Porque a boa educação visa a dispensar, pouco a pouco, o educador e tornar o educando independente dentro dos justos limites". Marc Oraison no seu estudo importante sobre educação à base de psicologia dinâmica (Amour ou Contrainte) afirma: "Afinal a educação consiste essencialmente nisso: cultivar e favorecer a liberdade do futuro adulto".

Verdadeira educação visa a pessoalização, quer dizer, procura levar o educando à natureza de uma pessoa, capaz de se dirigir e orientar. Quantos pais não permitem aos filhos entrar nas próprias órbitas, mantendo-se como satélites da vida paterna ou materna! Mantêm-nos na ligação vital de afeto, medo, vergonha e rotina de necessidade. Obediência ou compartimento moral que se baseia somente sobre tais motivos de caráter vital, de ligação da esfera emocional, não é verdadeira obediência, não é verdadeira atitude moral. Essas supõem liberdade, visão e aceitação livre de ligações que estão acima das relações vitais entre pais e filhos.

Educadores que apenas continuassem a educação doméstica, a domesticação através de afeto, medo, vergonha, mecanismo de reflexos condicionados, seriam traidores de sua missão. A missão do educador é levar gradativamente o educando para a liberdade de uma pessoa que conscientemente escolhe o caminho dos valores. Procura-se isso realmente em todos os nossos educandários? O que interessa não é, às vezes, a eficiência do ensino e a fama de "disciplina" do colégio? Não se vê que isso são elementos que podem deixar completamente de lado a verdadeira educação? Que adianta realmente o estudo de psicologia de uma jovem Irmã, colocada no internato, se a Superiora ou diretora não tem conhecimentos pedagógicos ou só se interessa pela fama externa do colégio? O caso, por ex., de um aluno indisciplinado: a solução imediata será demiti-lo? Não se tratará de um jovem traumatizado que precisa desesperadamente do educador? da compreensão e ajuda paciente dele? Deixemos bem claro isso: verdadeira educação é trabalho paciente, a longo prazo. Muito mais fácil é manter disciplina através do recurso condenável aos métodos de uma fase ultrapassada: a infância onde lisonja, medo, vergonha, rotina, estabelecem a censura do Super-Ego.

(Continuará no próximo número).

SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS VOCAÇÕES SACERDOTAIS E RELIGIOSAS

Pe. Alfredo Carrara de Melo, SDB
da Faculdade D. Bosco
S. João del-Rei — M. G.

Exporemos no presente artigo um relatório do Serviço de Seleção e Orientação dos Candidatos ao Sacerdócio e à Vida Religiosa, existente no Colégio São João, Seminário Menor Salesiano de São João del Rei, em Minas Gerais. Não podemos ocultar certa dificuldade que encontramos em apresentar esta experiência viva, em que os fatos não podem ser relatados sem que se fale do espírito que os anima. Tal circunstância poderia produzir no leitor a impressão de que o relator se esqueceu de que não está falando para membros de sua Congregação, mas para religiosos em geral. Por isso julgamos oportuno uma observação inicial: êste relatório quer retratar a experiência tal como está sendo realizada, sem com isto termos a pretensão de apontá-la como modelo a ser seguido por outras Congregações. Cada uma tem seu espírito que superará modificações e adaptações no caso de se organizarem para elas Serviços semelhantes.

1 — Origens do serviço

Quando o Reitor Mór da Congregação Salesiana, Pe. Pedro Ricaldone, quis fundar o Pontifício Ateneu Salesiano em Turim, era sua intenção fazer dêste centro de estudos superiores o plasmador do pessoal destinado às Casas de Formação de tôda a Congregação. O Instituto Superior de Pedagogia, organizado pelo Pe. Dr. Carlos Leôncio da Silva a mandado do Pe. Ricaldone, tinha por finalidade proporcionar uma formação pedagógica mais aperfeiçoada aos futuros dirigentes das Casas de Formação.

Os anos se passaram e também o Colégio São João recebeu dêstes elementos formados no Pontifício Ateneu Salesiano de Turim. Ao lado do Seminário surgiu em 1954 uma Faculdade de Filosofia com um bem equipado Laboratório de Psicologia. Nela funciona, desde 1959, um curso de Orientação Educacional frequentado também por alguns sacerdotes que trabalham no Seminário. Tôdas estas circunstâncias estavam a nos

convidar a fazer algo que viesse aperfeiçoar o trabalho de formação dos jovens seminaristas. Além disso a insistência da "Sedes Sapientiae" para que se indague sobre a aptidão física e psíquica dos candidatos ao noviciado "recorrendo-se também ao diligente juízo **anamnésico e diagnóstico** de um médico experimentado, bem como em relação a taras, talvez hereditárias, sobretudo mentais" (art. 33) e o encorajamento de nossos Superiores Maiores que, ao recomendarem a freqüência ao Instituto Superior de Pedagogia, assinalavam como uma das vantagens "dar a possibilidade de alargar e aprofundar o conhecimento dos nossos aspirantes e noviços por meio de **testes** e estudos caracterológicos e de fazer nossas admissões ao Noviciado e às Profissões com a seriedade e conscienciosidade queridas pela Igreja" (Atti del Capitolo Superiore della Società Salesiana, n.º 206, pág. 25-26); tudo isto nos animou a iniciar um Serviço de Orientação das Vocações, apesar de admitirmos a possibilidade de dúvidas e críticas. Felizmente pudemos contar não só com a aprovação de nossos superiores, mas até com sua colaboração entusiasta. O Diretor do Seminário foi o primeiro a desejar o Serviço e se colocou à frente de sua organização.

Com êstes antecedentes, iniciou-se, em outubro de 1959, de maneira sistemática, o Serviço de Orientação Vocacional no Seminário Salesiano de São João del-Rei, assistido e orientado pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia. O S.O.V. (Serviço de Orientação Vocacional) compreende dois serviços: o Serviço de Seleção de Candidatos ao Seminário e o Serviço de Orientação Educacional (S.O.E.) dos Seminaristas.

2 — Serviço de seleção de Candidatos ao seminário

"Esta seleção cuidadosa e prudente se desenvolva e em tôda parte", é a recomendação de Pio XII na "Menti Nostrae".

Quando alguém bate às portas do Seminário a fim de apresentar um candidato ao Sacerdócio, ou quando um recrutador de vocação encontra meninos ou jovens que desejam entrar para o Seminário, o primeiro trabalho a fazer é preencher um **Formulário de Informações**. Tal formulário se destina a coletar dados familiares e pessoais do candidato, informações sobre os estudos feitos anteriormente, indicações sobre sua índole e suas tendências. Neste formulário devem ser colocados também os endereços do Vigário e da última Professôra do Candidato (do Diretor da Escola, caso já esteja cursando o ginásio ou outro curso médio).

De posse do formulário o Diretor envia ao pároco um questionário, solicitando algumas informações confidenciais. Manda igualmente um outro pedido de informações à Professôra, juntamente com uma prova objetiva de Português e Aritmética a ser feita pelo candidato na presença da Professôra.

De posse destas informações o Diretor com seus auxiliares realiza

já uma primeira seleção. Aquêles candidatos que, de acôrdo com as informações, derem esperanças de aptidão, são admitidos em caráter provisório e devem submeter-se, pelo período de um mês, a um **estágio de experiência**. Neste estágio devem fazer um curso preparatório ao exame de admissão, ou estudos suplementares (latim, por exemplo) em se tratando de candidatos adiantados nos estudos ginasiais ou colegiais.

Enquanto isso são observados e submetidos a um estudo sistemático mais minucioso. Este estudo consta de:

a) **Exame médico de perfil**, feito por um médico que trabalha no Laboratório de Psicologia da Faculdade. Neste exame são considerados os **antecedentes hereditários**: informações acêrca da saúde de pais, irmãos, tios, avós (tendo-se presente principalmente doenças nervosas, presença de alcoolismo, sífilis, tuberculose); os **antecedentes sanitários pessoais**: histórico dos primeiros anos de vida, condições do nascimento, doenças tidas (afecções pulmonares, meningites, tifo, convulsões, reumatismo, enterites); o **sistema nervoso**: epilepsia, estado neuropático, vertigens, tremores, emotividade, reflexos; **anomalias glandulares**: tiróide, infantilismo, bócio; o **aparêlho circulatório**: cardiopatias, varizes, glânglios linfáticos; o **esqueleto e articulações**: raquitismo, desvio da coluna vertebral; o **sistema muscular**: insuficiência muscular, hérnias; o **aparêlho respiratório**: nariz, garganta, pulmões; o **aparêlho digestivo**: dentes, fígado e vesícula, distúrbios gastrintestinais; a **puberdade**: manifestações, atraso, adiantamento; os **dados auxológicos**: crescimento (regular — deficiente — excessivo), condições morfológicas (aparência externa), nutrição, defeitos físicos;

b) **Exame da inteligência**, mediante a aplicação de uma bateria de testes;

c) **Exame dos sentidos**: visão por meio do ototipo e audição por meio do audiômetro;

d) **Verificação do ajustamento**: com testes adequados;

e) **Entrevistas**, com as quais se procura conhecer o mais possível o candidato.

A "convivência" intensa com o menino, aliás característica do Sistema Salesiano, é fator primordial.

Naturalmente, neste estágio inicial, tão rápido e com finalidade de "triagem", levamos mais em conta as contra-indicações. Portanto, se no fim dêste mês o candidato demonstra não possuir contra-indicações físicas, intelectuais e morais para ingressar num Seminário, é recebido definitivamente pelo Diretor que envia uma comunicação à família juntamente com um módulo a ser preenchedo pelos pais, dando licença a seu filho para ingressar na Congregação.

Termina aí a fase da seleção inicial e da aceitação. Não queremos com isto dizer que o trabalho de seleção está terminado. Haverá sempre uma seleção natural, com o correr dos anos do Seminário. Mas, esta será tanto mais fácil quanto melhor tiver sido a seleção inicial.

3 — Serviço de Orientação Educacional

Não basta selecionar os candidatos. É preciso formá-los. E é isto que procura fazer todo seminário, com um trabalho direto sobre cada seminarista. Sendo a orientação educacional eminentemente comunhão de almas, contacto humano, compreensão e confiança, podemos dizer que em todo seminário já existe alguma orientação. Considerando, além disso, que a personalidade do orientador, a convivência assídua com o educando e o trabalho de Deus constituem os fatores mais importantes da obra educativa, os seminários já possuem o principal da orientação educacional. O que, em geral, não existe é um serviço organizado de orientação. Tal Serviço pode tornar mais eficiente a ação dos superiores sobre os seminaristas, contribuindo assim para sua melhor formação. Por isso somos do parecer de que as técnicas não devem ser desprezadas e a experiência nos tem mostrado que elas constituem um incentivo à ação educativa.

Imaginamos a Orientação Educacional como a própria alma da educação e não como um mero auxílio à obra educativa. Por isso o Serviço de Orientação Educacional, no nosso pensamento, deve atingir todos os setores da educação, envolvendo todo o pessoal que cuida da formação dos jovens educandos. Foi com esta visão que se organizou o S.O.E. no Colégio São João.

a) *Dossiê*

Cada aluno possui um dossiê com as seguintes fichas:

1) **Ficha Pedagógica A:** contém uma síntese do estudo do educando em base a dados colhidos na maior parte durante o estágio inicial. Aí estão, resumidamente, os dados mais importantes da família, uma apreciação geral sobre a saúde, a inteligência, as aptidões, o ajustamento do aluno, traços mais importantes de seu caráter em formação, sua situação sociométrica, com algumas sugestões e indicações para o Orientador;

2) **Ficha Pedagógica B:** contém um perfil escolar do aluno no ano anterior, o parecer dos professores relativo a algumas qualidades intelectuais e caracterológicas do aluno e um lugar para o Orientador registrar os tópicos principais das entrevistas com o aluno;

3) **Histórico Escolar:** com as notas de aproveitamento dos meses e as notas das provas parciais e finais;

4) **Gráfico do aproveitamento:** as notas de cada matéria são representadas graficamente e postas em comparação com as notas médias da classe representadas no mesmo gráfico, mas em côr diferente;

5) **Observações Pedagógicas:** nesta ficha são registradas tôdas as observações dos superiores, anotando-se a data, o local e o nome de quem as forneceu;

6) **Ficha cumulativa:** nela é registrado, dia por dia, o número de

observações pedagógicas, distribuídas de acôrdo com os ambientes da Casa. Aí são anotadas também as notas inferiores a 5 e as notas das arguições orais, dia por dia;

7) **Casos disciplinares:** as ocorrências disciplinares mais graves são registradas nesta ficha, onde é anotada também a solução dada aos fatos;

8) **Ficha nobre:** aí são registradas as ações dignas de um louvor especial, com a data e o nome do superior que as relatou;

9) **Ficha médica:** contém o resultado do exame médico de que já falamos.

A finalidade destas fichas e da coleção de todos êstes dados não é a elaboração de uma estatística, mas sim proporcionar ao Orientador um conhecimento, o mais perfeito possível, do educando. Com êste dossiê bem elaborado o Orientador saberá qual o ambiente social do qual veio o aluno, qual a profissão de seus pais, qual seu ambiente familiar, quais os dados mais relevantes de seu passado e de seus parentes mais próximos, quais seus problemas principais (ficha pedagógica A); qual é seu estado de saúde (ficha médica); como andou de estudos no ano anterior (ficha pedagógica B); como vai no ano em curso (histórico escolar, gráfico do aproveitamento e ficha cumulativa: notas inferiores a 5 e arguições); qual era seu procedimento no ano anterior (ficha pedagógica B); como está procedendo presentemente, de uma maneira global (ficha pedagógica B) e em particular (ficha de observações pedagógicas e ficha cumulativa, ficha de casos disciplinares e ficha nobre); qual é a opinião que os superiores tinham dêle no ano anterior e qual a opinião presente a respeito de suas qualidades intelectuais e de seu caráter (ficha pedagógica B: parecer dos professores).

b) Orientador-Chefe

É o Padre Diretor do Colégio.

Aqui torna-se necessária uma explicação. Em geral o Diretor de um Colégio é aquêle que tem a seu cargo a administração geral do mesmo, empenhando-se diretamente neste trabalho. Não é esta a figura do Diretor de um Colégio Salesiano. Êste é, de fato, o responsável por tôda a administração do Colégio no que diz respeito à parte financeira, disciplinar e escolar. Mas deve apenas coordenar e supervisionar êste trabalho que é feito diretamente por outros seus auxiliares imediatos que, reunidos, formam o capítulo da Casa. Seu trabalho principal, segundo o pensamento de Dom Bosco é, na linguagem moderna, o de Orientador Educacional: coordenar a ação de todos os que tomam parte na obra educativa e orientar individualmente cada aluno de acôrdo com suas necessidades.

O Orientador-Chefe é a alma do Serviço de Orientação: planeja, de comum acôrdo com seus auxiliares, o trabalho a realizar; assiste os trabalhos dos Orientadores de turma; preside os Conselhos de Classe; está ao par, por meio dos dossiês, do andamento de cada aluno. Mas, seu

trabalho principal é realizar a **orientação individual**, por meio de entrevistas e aconselhamentos.

c) A equipe do Serviço de Orientação Educacional

Como já tivemos a oportunidade de frisar, esta equipe é integrada por todos os que, de qualquer modo, desempenham alguma ação educativa. Vejamos seus principais componentes:

1) **Os Orientadores de turma:** Cada turma de aula possui um Orientador na pessoa de um dos professores que goza de ascendência e simpatia diante dos alunos. Sua principal função é realizar a **orientação coletiva** que tem por finalidade completar a orientação individual. Além disso mantém em dia o dossiê de cada aluno de sua turma. É este o único meio de manter em dia os dados de cada aluno: dividir o serviço.

Compete ao Orientador da turma: organizar a turma; controlar o aproveitamento de seus alunos; verificar as deficiências e tentar a remoção de suas causas; controlar o comportamento de sua turma; desenvolver o espírito de iniciativa e de grupo em seus orientandos; levar ao Orientador-Chefe as sugestões justas e realizáveis de sua turma; realizar ou dirigir as sessões de orientação coletiva, a que chamamos de **Reuniões de classe**; secretariar o Conselho dos professores (reunião de todos os professores de sua turma).

2) **Os professores:** devem dar uma relação diária do andamento de sua aula, preenchendo um **diário de classe**, no qual relatam quais foram os alunos que chegaram atrasados à aula e quais as justificativas apresentadas, quais os alunos ausentes, indicando a justificativa da falta quando a conhecem, quais os alunos argüidos e quais as notas alcançadas, quais os alunos que fizeram tarefas ou provas fracas (isto é, com notas inferiores a 5); finalmente podem colocar observações sobre o procedimento e as atitudes de seus alunos durante a aula.

Outra função importante dos professores no Serviço de Orientação é participar dos **Conselhos dos professores** e dar seu parecer sobre algumas qualidades intelectuais e caracterológicas de cada aluno seu.

3) **Os assistentes:** são os responsáveis mais imediatos pela disciplina. Estão em contacto com os jovens durante o dia inteiro e por isso mesmo podem fornecer observações preciosíssimas para a Orientação. Devem observar cuidadosamente os alunos e anotar tudo o que julgarem útil para o melhor conhecimento do aluno. Tais anotações devem ser entregues diariamente ao S.O.E.

d) Organização da turma:

Como vimos acima, uma das funções do Orientador da turma é organizá-la. Organizar a turma significa transformá-la de massa informe em uma organismo vivo; é dar-lhe uma vida própria, em que cada membro desempenha uma função.

Há dois tipos de organização. A **organização importa**, em que o

Orientador marca diretamente os alunos que devem desempenhar encargos determinados, e a **organização democrática**, onde os próprios alunos escolhem por meio de eleições livres os colegas que devem formar sua equipe dirigente. O primeiro tipo de organização não é muito eficiente, embora algumas vezes possa ser necessária ao menos temporariamente. Adotamos o segundo tipo: a organização democrática.

Cada turma está organizada do seguinte modo:

1) **Líder:** como o próprio nome indica deve polarizar todas as atividades da turma. Toma a peito as iniciativas da turma, é o responsável pela disciplina da turma na ausência do professor, deve supervisionar o trabalho de seus colaboradores;

2) **Suplente do Líder:** substitui o líder quando impedido e o auxilia;

3) **Encarregado da limpeza e ordem na sala de aula:** procura conservar o ambiente da sala de aula sempre limpo e em ordem: alinha as carteiras, tira poeira, teias de aranha, conserva os vidros das janelas sempre limpos, no fim da aula fecha as janelas e as portas. É com êle que fica a chave da sala de aula;

4) **Encarregado do quadro-negro:** providencia giz, cuida para que o apagador esteja sempre em bom estado, apaga sempre o quadro-negro no fim das aulas e durante as mesmas, quando o professor o solicitar;

5) **Encarregado dos subsídios didáticos:** auxilia o professor no transporte, exibição e uso do material didático; busca e leva o material do professor, apresenta ao professor o "diário de classe" já com o cabeçalho preenchido.

As eleições para êstes cargos são realizadas mensalmente, com sufrágio secreto. O líder e o suplente do líder podem ser reeleitos; os outros não podem ser reeleitos imediatamente, nem podem ocupar logo em seguida outro cargo, a não ser o de líder e suplente de líder. Tal restrição tem por finalidade evitar que fiquem os mesmos trabalhando sempre para os mesmos: a justiça distributiva manda que a parte onerosa seja distribuída entre os membros da coletividade.

Para o líder suplente exige-se maioria absoluta nos escrutínios; para os outros maioria relativa.

Os eleitos tomam posse logo em seguida à eleição, mediante a assinatura da **Ata de Eleição**.

e) *Bandeira da turma:*

Cada turma possui sua bandeira, idealizada e realizada pelos próprios alunos. Todos devem contribuir com alguma coisa para a bandeira, para que nela vá algo de cada um. Feita dêste modo, a bandeira torna-se um símbolo capaz de falar a cada um em particular: é um emblema que exprime um ideal vivo, que simboliza uma realidade que êle conhece e aprecia — sua turma, que representa uma realização que é também sua.

Aprendendo assim a ler no símbolo a realidade que êle encarna, saberá amanhã amar na bandeira nacional a pátria que deve honrar, na bandeira do Vaticano, a Igreja que é sua mãe.

A bandeira acompanha a turma até ao fim do curso, ficando na galeria de honra do Colégio como lembrança da passagem por alí da turma concluinte.

f) Reunião de classe:

A orientação coletiva é feita em sessões especiais a que chamamos de **reuniões de classe**, inseridas no horário geral do Colégio. Assim, todos os sábados, durante o estudo da noite, cada turma se dirige para sua sala de aula, onde, juntamente com seu Orientador, realiza a reunião, que dura 45 minutos.

A finalidade desta reunião é proporcionar ao Orientador um contacto mais direto com os alunos para ouvir seus problemas, discutir com êles, em clima de amizade, suas dificuldades, analisar deficiências na disciplina e na aplicação, procurando fazer com que os alunos descubram por si mesmos as causas de tais deficiências e procurem êles mesmos os remédios apropriados.

Outra finalidade destas reuniões é ensinar aos alunos como estudar, como organizar seu horário individual. Para isso cada um recebe uma ficha com as horas de estudo disponíveis, divididas em períodos de mais ou menos meia hora. O primeiro trabalho do aluno é marcar no horário tôdas as atividades extras que lhe irão tirar tempo de estudo naquela semana: aulas de piano, de banda de música, de canto coral, de dactilografia, ensaios de teatro, reuniões de Companhias (associações religiosas), sessões teatrais ou literário-musicais. Tudo isto pode ser previsto porque tôdas estas atividades estão incluídas no horário geral ou estão marcadas em um Calendário do ano escolar, do qual cada aluno tem um exemplar. Também as provas mensais são marcadas no início de cada mês e distribuídas no correr de todo o mês para que não se acumulem tôdas no fim. Depois de ter calculado o tempo de que dispõe, de ter olhado quais as provas mensais que terá durante a semana e tendo o horário das aulas diante dos olhos, cada aluno começa a distribuir as horas de estudo para as várias matérias. No começo encontra muita dificuldade; neste caso o Orientador deve socorrê-lo, ensinando-lhe como distribuir seu tempo. Este planejamento da semana tem ocupado a primeira parte da reunião de classe (uns 10 ou 15 minutos).

Planejar as **campanhas** é outra tarefa para as reuniões de classe. Com estas campanhas se atacam problemas do âmbito da classe ou de âmbito geral e devem concentrar o esforço de todos os alunos.

g) Conselho dos Professôres:

Ê a reunião de todos os professôres de uma turma. O ideal seria reu-

ni-lo mensalmente. Fazemos quatro conselhos por ano para cada turma. As finalidades desta reunião de professores são: coordenar o trabalho educativo, acertar os pontos de vista, o modo de tratar a turma, os métodos conhecer melhor os alunos; procurar as causas de desajustes e de deficiências quer da turma, quer dos alunos em particular, procurando o meio de remediá-las; desenvolver o espírito de grupo no trabalho educativo; desfazer preconceitos em relação à classe e aos alunos em particular.

A estrutura da sessão costuma ser a seguinte: inicialmente o Orientador faz um relatório da própria turma, apresentando os pontos fracos e os pontos altos. Depois disto os professores manifestam sua opinião, expõem suas dificuldades ou relatam seus bons êxitos. Em seguida o Orientador faz um breve relatório de cada aluno, ouve e anota as observações dos professores a respeito de cada um.

Uma vez por ano os professores recebem com antecedência uma lista de todos os alunos onde devem opinar sobre algumas das qualidades intelectuais e características de cada um deles. Tais listas são recolhidas pelo Orientador da turma que elabora a média da opinião de todos os professores. No Conselho dos Professores apresenta este resultado para ser confirmado ou modificado pelos professores, que poderão expor as razões de seu juízo. É útil que o professor expresse, antes e sozinho, sua opinião na lista que recebe para que não se deixe influenciar pelo parecer dos outros. É indispensável o debate oral para que se justifiquem certos juízos, corrijam-se certos preconceitos e se conheça mais perfeitamente cada aluno.

Fimada a reunião, o Orientador da turma redige uma ata do Conselho em registro para isto destinado. Tal ata é lida no próximo Conselho e deve ser assinada por todos os professores que nela tomaram parte.

h) Turma nobre.

É comum na obra educativa promover concursos entre as turmas a fim de provocar a emulação. Este sistema, porém, tem seus inconvenientes. Facilmente a emulação se degenera em luta de classe e nestes concursos, em geral, apenas uma turma sai vencedora e as outras, apesar dos esforços, são derrotadas. Preferimos lançar um concurso nos seguintes moldes: estabelecemos uma meta, atingida a qual a turma se torna **turma nobre** do Colégio. Neste sistema a turma terá que lutar para uma auto-superação. O critério para o levantamento das turmas nobres inclui vários aspectos da atuação no Colégio: aproveitamento escolar, procedimentos em todos os ambientes, apresentação da sala de aula, etc. O levantamento da turma nobre é feito cada mês. A turma nobre recebe uma condecoração na bandeira e um troféu. A condecoração e a entrega do troféu são feitas pelo Diretor numa reunião da Classe. Além disso o nome da turma nobre aparece no **Quadro de Honra do Colégio**, onde também aparecem os nomes dos alunos que obtêm melhores resultados nos estudos e no comportamento.

4) Conclusão

Voltamos a insistir sobre nossa posição diante do problema da Orientação Educacional. Consideramos tôdas estas técnicas como meio, muito útil sem dúvida, mas incapaz de substituir o verdadeiro trabalho de formação que só se realiza mediante o contacto pessoal, num clima de confiança e de compreensão. Se transformássemos todo êste sistema de anotações numa espécie de registro policial teríamos arruinado tôda nossa obra educativa. Por isso queremos deixar bem claro um particular: as sanções disciplinares e tôda a parte odiosa da ação educativa está bem distinta do SOE. As faltas dos alunos no serviço de orientação são consideradas como defeitos a corrigir e não como transgressões a castigar, têm por finalidade conhecer o aluno e não julgar sobre sua conduta. Na verdade, os problemas disciplinares ficam muito diminuídos e simplificados com a realização de um bom serviço de Orientação. O Orientador ajuda o aluno a aceitar com compreensão as medidas disciplinares que lhes foram aplicadas.

A soma de técnicas apontadas auxiliam a **conhecer o aluno, individualizam** mais a ação educativa, facilitam enormemente a **coordenação** do trabalho dos educadores, tornam mais **eficiente**, porque mais esclarecida, a ação do Orientador-Chefe.

Sentimos mais uma vez a necessidade de insistir que a **convivência** é o fator número um da educação. Estas técnicas devem fazer sentir mais ainda a necessidade de conversar com os educandos, de passar com êles o nosso dia. Acreditamos que num ambiente onde haja essa convivência com os alunos, onde se viva um clima de confiança e de compreensão, mesmo sem estas técnicas, pode-se realizar uma verdadeira educação; pelo contrário, onde houver tôda esta técnica mas não houver o calor humano da convivência, poderão surgir belas estatísticas, até boas pesquisas psicológicas, nunca, porém, uma autêntica educação. Com isto não queremos desprezar as técnicas, mas torná-las vivas e humanas, cultivá-las como um meio de obra educativa.

A CRUZADA MISSIONÁRIA DE ESTUDANTES NO BRASIL

Pe. Octávio Vinícius Roscoe sud

Há 20 século, Jesus mandou aos seus Apóstolos: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a tôda a criatura!"

E a Igreja recebeu a Sua Missão. É de sua essência ser Missionária. Resulta de sua catolicidade. O coração da Igreja sempre se encheu e se enche de profunda preocupação missionária. Esta preocupação missionária que lhe é essencial a Igreja comunica a seus membros.

Atraiçoariamos a nossa vocação de cristãos se não vivêssemos em estado de missão numa Igreja Missionária. Quem não tem consciência missionária não é verdadeiramente católico. Daí concluiremos com facilidade que um educador ou educadora não será católico no seu trabalho se não der aos educandos sólida e verdadeira educação da consciência missionária.

Foi esta consideração cristalina e o exemplo estimulante do campo juvenil protestante que levaram à vida os movimentos estudantis missionários no mundo todo.

Em 1913, o Colégio de São José de Turnhout, na Bélgica, deu os primeiros passos para a formação de uma liga missionária de estudantes. Com caráter mais oficioso em 1922, foi abençoada por Pio XI em 1924 e antes de 1939 contava mais de 20 mil associados.

Nos Estados Unidos, a C.S.M.S. (Catholic Students' Mission Crusade) é de um dinamismo admirável, contando mais 1 milhão de membros. Foi erigida oficialmente em 1918. Em 1919 surgiu a Cruzada para os países de língua alemã, com mais de 50.000 sócios em 1939.

O Canadá tem 2 movimentos: um para os territórios de língua inglesa e outro para os de língua francesa, êste último reorganizado no ano passado.

A Itália desde 1927 conta com a L.M.S. Na França data de 1929 a LMS. A Índia apresenta em 1931 a SML. No ano seguinte a Inglaterra com a sua SML. A CMC de Espanha, surgida em 1933, é de espantosa ativi-

dade. Semelhantes Cruzadas há também em Portugal, México, Colômbia, Argentina, Chile, Japão, Austrália. É um movimento universal.

No Brasil — Os primeiros esforços para uma mobilização geral da juventude brasileira para uma Cruzada Missionária de Estudantes surgiram em 1920 com a revista "Legionários das Missões". Iniciativa jesuíta. Seis anos mais tarde, nova tentativa (1926) com a "Juventude Missionária", revista dos salesianos.

Em 1935 os jesuítas ressuscitam a idéia com a formação da "Liga Missionária dos Estudantes" que infelizmente não vingou.

A C.M.E — Doze anos mais tarde, aos 25 de março de 1947, no Seminário Verbita de S. Paulo foi lançada a Cruzada Missionária de Estudantes do Brasil (C.M.E.) devida principalmente aos esforços do então seminarista, hoje padre, Fabiano Kachel.

Em junho do mesmo ano foi difundida uma circular intitulada "Nova Cruzada em Breve". A 29 de agosto de 1948 realizou-se no Mosteiro de S. Bento uma reunião dos dirigentes das campanhas missionárias de S. Paulo. Evidenciou-se Primeiro, que a CME não prejudicaria, antes ajudaria, as campanhas missionárias segundo, que a causa missionária pode e deve entusiasmar a alma estudantil brasileira e, terceiro, que era imprescindível uma boa revista missionária.

Começa, então, a funcionar o Secretariado Provisório que espalhou o movimento por todo o Brasil.

Finalidades — A CME tem "o fim de dar aos estudantes do Brasil sólida formação sobre a consciência do dever misionário" (Estatutos). "Procurará realizar esta finalidade por meio de programa: Oração, Estudo e Propaganda" (idem).

Abrange o curso secundário e superior. Não é uma obra particular dos verbitas ou de qualquer outra Congregação. É uma obra universal, a serviço das Missões. Deseja e quer ser uma obra auxiliar das Obras Missionárias Pontifícias.

Aprovações — Aos 16 de agosto de 1949, o Emo. Cardeal de S. Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, concedeu benignamente a bênção especial ao movimento.

Em 1949, por ocasião do I.º Congresso Nacional de Vocações, o representante da CME apresentou tese sobre a necessidade e possibilidade da formação missionária dos seminaristas. Na ocasião diversos Senhores Bispos abençoaram a Cruzada.

Aos 7 de julho de 1955 o Cardeal de S. Paulo concedeu aprovação jurídica e eclesiástica a CME, aprovou seus estatutos e nomeou seu primeiro diretor.

Tem hoje a bênção de 19 Senhores Arcebispos e Bispos. A secção das Missões Indígenas do II Congresso dos Religiosos do Brasil. (S. Paulo, 1956) recomendou aos religiosos a Cruzada.

Desenvolvimento — A maior força da CME têm sido os seminários tanto seculares como regulares, destacando-se entre os seculares os semi-

nários do Rio, Diamantina, o Pio Brasileiro de Roma, Fortaleza, Sobral, Olinda. Entre os religiosos, os seminários dos missionários do Coração de Jesus, salesianos, maristas capuchinhos, franciscanos, missionários da Consolata e Verbitas. A penetração neste setor é fecunda e alentadora.

No setor estudantil não seminarístico os resultados são poucos. Destacam-se sobremaneira os colégios das Servas Missionárias do Espírito Santo.

O movimento foi praticamente dirigido até o princípio deste ano por seminaristas. Mudanças anuais de orientação e a própria limitação da vida de um seminarista não possibilitaram maior expansão.

Tendo agora como diretor efetivo um padre poderá propagar-se melhor. O diretor está à disposição dos colégios, principalmente de S. Paulo, para conferências missionárias, projeções fixas sobre as Missões e principalmente para orientar e ajudar a formação de Centros ceemistas.

Revista — Para estabelecer melhor contato e ligação entre os Centros saiu em junho de 1949 um órgão mimeografado, intitulado "Boletim da CME" enviado aos ceemistas de três em três meses. Em 1952, o Boletim passou a sair impresso em forma de revista, com o nome de "Estudantes Missionários", sendo atualmente bimestral. O segundo número estampou uma carta autógrafa do Emo. Sr. Cardeal-Arcebispo de São Paulo em que manifesta seu júbilo pelo aparecimento da revista.

Tem boa aceitação. Mas a circulação deveria ser muito maior. Os fatores que entravaram maior expansão da CME, como acima dissemos, certamente refletiram-se também na revista. Sentiu-se que era séria e profunda demais, mais destinada ao nível dos seminários que ao nível secundário que visa principalmente. Por isso têm sido feitas ultimamente modificações profundas para conseguir mais penetração e difusão.

Para os interessados no movimento da CME, existe um opúsculo "GUIA DA CME" que explica pormenorizadamente o funcionamento de um Centro ceemista.

Maiores informações serão prestadas com prazer pelo Secretariado da CME: Caixa Postal 12.605. Fone 61-4000. **Santo Amaro**. S. Paulo (Capital).

Cada Colégio deveria ter a sua Associação Missionária filiada à CME. É uma necessidade de sua condição de católicos. O Brasil não pode ficar atrás dos outros países que possuem vigorosos movimentos estudantis missionários. É necessário que os superiores se interessem. Indiquem um padre, uma Irmã, que trabalhe para a organização. O movimento das campanhas missionária de outubro, tão louvável, deve ser aprofundado e dilatado por todo o ano por meio de organismos como a CME deseja vêr implantados em nossos Colégios.

A CME precisa antes de tudo, em cada Colégio, de colaboradores entusiasmados e eficientes, que queiram trabalhar. O Secretariado pede o apoio decidido dos Superiores e educadores. A juventude recebe bem. A juventude se entusiasma. O necessário é que nós trabalhemos, orientando-a.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO DO I CONGRESSO DA U.M.O.S.E.A.
Roma, 19-25 de abril de 1960.

(Continuação do número anterior)

4 — "Os métodos e as técnicas a serem adotadas para aplicar as várias ciências à infância desajustada", por Gerda de Bock, da Universidade de Gand.

Afirma que a psico-pedagogia médico-social que se ocupa dos problemas dos jovens necessitados de medidas especiais de ordem médica, psicológica e social, é de tamanha complexidade que é difícil defini-la. Os diversos estados de sua intervenção em favor dos desajustados são: "depistage", observação, diagnóstico, decisão a tomar, tratamento, pós-cura.

Conforme os vários estados intervêm os diversos técnicos que vão do médico ao pedopsiquiatra, aos psicólogo, ao educador, ao assistente social, ao jurista, etc.

O menor deve ser estudado sob todos os pontos de vista antes de se chegar a um diagnóstico.

A relatora propõe reunir as várias ciências e técnicas ao redor dos 4 pólos seguintes:

- I Pólo somático
- II Pólo psíquico,
- III Pólo normativo (ético-social),
- IV Pólo social.

I) *Ao redor do pólo somático* agrupam-se tôdas as ciências médicas com os vários especialistas: pediatra, cirurgião ortopédico, ortopediatra, psicoterapeuta, pedopsiquiatra infantil. Êstes, além do diagnóstico, devem assegurar também a ação terapêutica que, conforme Henyer, pode ser agrupada em 5 métodos: 1) medicamentosa, 2) fisioterapia, 3) neuro-psico-cirúrgica, 4) psicoterápica, 5) reeducativa.

O psicoterapeuta está entre o pólo somático e o psíquico. Como métodos psicoterapêuticos cita: a psicanálise, a terapia ocupacional, a terapia de expressão, a psicoterapia de grupo.

II) *Pólo psíquico*: psicologia — estudo do comportamento humano através do psicotécnico, do psicólogo clínico, do psicanalista, do psicólogo pedagogo e social.

O pedagogo e o ortopedagogo ocupar-se-ão antes de mais nada de readaptar o menor ao ambiente em que vive, distinguindo assim readaptação social, familiar, intelectual, conforme as possibilidades de recuperação.

III) *Pólo normativo*: mais difícil de ser definido. O menor deve não somente ser adaptado a um estado de saúde física, mental, que satisfaça ao ambiente social em que vive, mas também a certas normas, a certos princípios válidos na sociedade civil ou religiosa em que vive e pertence. O Sacerdote, na sua qualidade de conselheiro espiritual, é mais apto a essa tarefa. Operam tam-

bém neste campo os administradores, os funcionários, os juristas e a polícia.

IV) *Pólo Social*: aqui salientam-se as relações entre o indivíduo e o ambiente familiar e social. Ocupa-se dele o sociólogo através de observações, estudos, inquéritos ambientais e sobre grupos de indivíduos.

O *Assistente Social* se ocupa particularmente do ambiente que rodeia o menor, seja para contribuir à formulação do diagnóstico, seja para operar uma mudança de atitude entre ambiente e indivíduos, obtendo assim a colaboração da família à recuperação e readaptação do menor.

5 — “*Possibilidade de uma formação com base comum dos membros da Equipe*”, pela equipe italiana composta por: Dr. Renato Breda, Ass. Social do Ministério de Graça e Justiça; Prof. Cláudio Busnelli (E.N.P.M.F., psiquiatra); Dr. Attilio Caliento (O. M. N. I.); Dra. Elda Fiorentino, monitora do E.N.S.I.S.; Dr. Carlo Traversa, psiquiatra do E.N.P.M.F.; Juiz: Ravaelli, Diretor do Serviço de Menores do Ministério de Graça e Justiça.

a) *Premissa*: o presente relatório foi elaborado depois de recebidas as respostas a um questionário enviado a um grupo de técnicos italianos (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, educadores, magistrados, administradores).

No relatório o termo *equipe* compreende as pessoas que ficam intimamente ligadas, em sentido de operação, a um mesmo sujeito de intervenção: o médico psiquiatra, o psicólogo, o assistente social, o educador. A estas figuras em determinadas situações podem acrescentar-se: o mestre de arte, o médico, o sociólogo, o conselheiro espiritual, etc.

Mas, em sentido lato, compreendem-se também outras figuras, ligadas às precedentes num espírito de equipe, abertas e colaborantes, como o magistrado, o administrador, etc. Pareceu-nos justo mantê-los separados porque distinta é a dinâmica operativa entre as várias figuras.

b) *O desajustamento de menores e a organização das intervenções*. As teses precedentes procuraram descrever a situação interior no processo patológico através do qual veio a ser determinado o desajustamento. Não há dúvidas de que uma tentativa do gênero vai ao encontro de numerosas dificuldades de conteúdo e de linguagem, compreendendo ainda o perigo de:

1) uma interpretação extensa demais, incluindo no termo desajustamento também o menor que se encontra em simples e temporária situação de malestar individual e social.

2) uma interpretação muito restrita e por isso necessariamente mais ligada a um sistema interpretativo particular, excluindo categorias de indivíduos que poderiam ser considerados como desajustados, se vistos sob diferente ângulo visual.

Está agora e por toda parte aceito o princípio de que a condição de desajustamento é um fato complexo sobre o qual incidem em forma mais ou menos determinante, conforme o grau, o tempo ou a modalidade de existência em cada um dos casos, o conjunto de fatores individuais, familiares e sociais intimamente interligados. Esses fatores não são mais considerados estatisticamente no seu valor próprio, mas, pelo contrário, no valor que assumem na considera-

ção dinâmica daquele caso único examinado na inter-ação entre as energias evolutivas individuais e os elementos externos estimulantes, as várias idades e os varios níveis de integração da personalidade.

Essa preocupação encontra resposta ou plano prático não só no esforço de estudar o problema do menor globalmente nos vários aspectos, mas também no tato de realizar a melhor integração possível, entre as diversas autoridades que de modo direto ou indireto se ocupam da ação diagnóstica e terapêutica propriamente dita. Uma das soluções encontradas para este caso é a constituição de uma equipe com o objetivo de realizar uma integração de intervenções em ambas as tases indicadas.

As múltiplas intervenções isoladas é preferível a nova fórmula pela qual cada uma das autoridades é chamada a trabalhar em equipe, através de conversas pessoais que tornam mais fácil a elaboração completa dos dados e a sua interpretação integrada dos múltiplos dados.

Isso serve também para uma maior compreensão das figuras e funções representadas na equipe; isso leva a uma maior consciência das tarefas e faz sentir às pessoas que operam na mesma entidade, que estão coligadas em espírito de equipe.

Este movimento para um trabalho em colaboração interessa hoje às várias Entidades quando se verifica uma convergência de interesses e finalidades.

A base deste trabalho em colaboração há:

— o reconhecimento que o centro da ação assistencial, o verdadeiro centro das intervenções nêle contidas, é o *próprio menor* considerado em sua unidade de interesses e de necessidades. O problema do menor não é olhado conforme o ponto de vista de cada profissional, mas no sentido global, com toda a sua humanidade complexa e inescindível. Assim como o doente mental que tiver necessidade de um tratamento decididamente psiquiátrico, não cessa por isso de ter exigências de integração familiar e social.

c) *Pressupostos psicológicos e culturais para uma formação de base comum*: o trabalho de equipe traz, ao menos no início, dificuldades de integração recíproca que se procura superar através de uma pesquisa numa tríplice direção. Exige-se: 1) uma integração profissional equilibrada; 2) uma terminologia comum; 3) a aquisição de um patrimônio comum, de dados científicos e de experiências comuns. Cada especialista deve possuir um conceito do homem, e portanto da criança e do adolescente, que não o reduza àquilo que cada profissão conhece dêle, quer dizer, não se deve ter uma perspectiva puramente orgânica e ambiental ou somente racional, etc.

O resultado do trabalho de equipe deve ser não uma simples soma de pontos de vista, mas uma interdependência preventivamente reconhecida em seus princípios. Deve-se ter uma visão do menor em seu complexo de problemas e de necessidades, não aderir só formalmente ao trabalho da equipe, para não substituir ao princípio da complexidade dos vários ramos a perspectiva unilateral característica de um só ramo. Isso estaria a indicar uma atitude psicológica de defesa e de recusa à colaboração.

Cada membro da equipe deve conhecer de modo preciso o próprio limite profissional para não correr o perigo da confusão entre os vários ramos. Tam-

bém as figuras que, fora da equipe, estão coligadas a este mesmo espírito, como, por exemplo, o magistrado, o administrador, etc., podem cair nos mesmos erros e superar os próprios limites profissionais e as tarefas específicas que estão chamados a realizar.

Em todo caso a experiência direta provoca uma tomada de consciência do trabalho gradual, solicitando a formação de uma linguagem comum, respeitando e utilizando o ramo e a contribuição de cada um. Naturalmente para sustentar o processo de maturação, é necessária a posse de algumas atitudes para o trabalho de grupo e um interesse profundo para os problemas da idade evolutiva.

d) *O conhecimento de cada um dos ramos dos membros da equipe como aspecto fundamental de uma formação de base comum*: evidentemente os perigos maiores poderiam ser evitados se, antes da experiência de trabalho, fôsse dada uma formação de base comum. Mesmo se as funções dos membros variarem em relação às várias condições de trabalho, a dinâmica das relações, a atitude de colaboração, a disponibilidade recíproca dentro da equipe ficará imutável, tratando-se de equipe diagnóstica ou de equipe curativa.

Em fase diagnóstica o ponto de partida são os motivos pelos quais o sujeito fica em observação. O acerto destes motivos, feito no contexto ambiental em que se produziram (família, escola, trabalho e rua) é confiado ao Assistente Social.

Esta primeira pesquisa abre já o caminho a múltiplas considerações no seio da equipe.

O médico psiquiatra e o psicólogo têm neste ponto um vasto campo a pesquisar. O médico psiquiatra deverá definir a estrutura orgânica, a personalidade do sujeito, mostrando taras hereditárias eventuais, a base constitucional, as conseqüências de doenças. O psicólogo deverá definir de início a personalidade de sujeito, seja através dos exames psicométricos, seja através do exame clínico, mostrando os aspectos relevantes: intelectual, afetivo, caracterológico, etc.

Se a equipe opera num Instituto, estará também presente o educador, que poderá trazer uma outra série completa de dados.

Cada um destes especialistas, fornecendo os próprios dados, contribui à formulação de uma verdadeira e própria pré-diagnose uniprofissional. É esta a contribuição que cada um oferece na sessão de síntese, onde cada membro propõe suas argumentações, procurando depois integrá-las com o ponto de vista dos outros.

O chefe de equipe tem a tarefa de dirigir o debate e fazer madurecer, através de uma clarificação progressiva, a diagnose, a prognose e uma indicação de tratamento.

A necessidade de uma integração dos ramos da equipe encontra-se seja em fase diagnóstica seja em fase de tratamento. O fato de chegarem juntos à formulação do diagnóstico liga as várias competências numa responsabilidade solidária perante aquele caso: será necessário depois um controle sobre a evolução do caso, em razão das possíveis mudanças ocorridas durante o tratamento. Mas, além desta solidariedade, há também uma interdependência de trabalho.

Basta pensar nas reações que um certo comportamento neurótico pode suscitar no ambiente familiar ou da vizinhança, para compreender a necessidade de uma ação operativa desenvolvida tanto sobre o sujeito quanto sobre a família ou vizinhança.

As várias esferas de competência hoje ficam bastante delimitadas: ao assistente social é reservada a intervenção sobre o menor e sua família, em vista de sua reintegração familiar e social; através das técnicas próprias do serviço social o assistente social tende a melhorar a imagem que o menor tem do ambiente familiar.

O educador opera para a reconstrução e o reajustamento das estruturas de base da personalidade, no âmbito das relações educativas.

O psicólogo considera o menor no plano da integração da personalidade nos vários aspectos que a constituem.

O médico psiquiatra intervém naquilo que em plano orgânico ou infraestrutural psíquico pode ter influído negativamente no processo evolutivo do menor e em sua integração com a realidade.

Também num plano de colaboração fora da equipe com pessoas interessadas no menor, são bastante distintos os modos de intervenções.

Assim, por exemplo, o magistrado considerará o menor sob o ponto de vista de sua adaptação às leis sociais e da comunidade. O administrador deverá considerar o menor sob o perfil de sua integração em comunidades diversamente organizadas, ou de sua entrega aos organismos que põem ao lado de problemas técnicos outros mais estritamente administrativos.

e) *Indicação para uma solução concreta:* Demonstra-se assim a necessidade de um trabalho unido: nenhuma das atividades mencionadas poderia sozinho oferecer uma solução suficiente, mas, pelo contrário, cada uma dela supõe a presença da outra.

Superado o princípio da resposta uniprofissional ao complexo problema do desajustamento e considerada a necessidade de trabalho em equipe para prevenir e resolver as possíveis crises no seio da equipe, o modo de oferecer um auxílio concreto é constituído pelo esforço da procura de uma terminologia comum, e de uma colocação relacional exata e a formação de uma base comum entre os vários especialistas que compõem a equipe.

1) *Fundamentos culturais* — Não se trata somente de resolver o problema catalogando uma série de matérias dessumidas dos programas profissionais de modo que se realize um nivelamento de noções sobre as doutrinas e os métodos. Parece mais oportuno procurar determinar no âmbito de cada profissão a consciência da existência de certas convergências de princípios e de intervenções dentro do meio interprofissional.

Parece-nos ser necessário insistir sobretudo na importância do estudo relativo a uma determinada concepção do homem. Trata-se realmente de matérias dirigidas à consideração global do homem, de suas finalidades, de suas relações, de suas exigências. Estas podem ser as premissas para uma futura imposição e evolução do trabalho em equipe boas, que pressupõe por parte de cada um dos membros um ato de conquista de si e a aceitação em humildade da própria dimensão a respeito dos outros.

2) *Matérias de ligação entre as várias disciplinas* — Sempre tendo como centro o menor, considerado em seu processo evolutivo, podem ser distinguidos alguns pontos fundamentais que interessam a todos os técnicos em questão: trata-se pelo menos de pontos que se referem ao modo de ser e de chegar a ser do menor durante a idade evolutiva, as formas progressivas da integração do seu mundo afetivo e social e as incidências patológicas dos vários fatores desajustantes sobre tais fases evolutivas. Ter-se-á uma utilização diferente das noções aos fins específicos próprios de cada um dos sistemas profissionais. Seria assim desejável que um educador conhecesse a psicologia da idade evolutiva, não “como psicólogo”, mas sob a perspectiva de educador a êle mais apropriada.

3) *Experiências de trabalho de equipe durante o tirocínio profissional* — Em período de estudo, seria conveniente a organização de tirocínios adaptados, através dos quais cada profissional possa concretamente tomar conhecimento do papel desempenhado pelo especialista da mesma competência. As observações feitas sobre a dinâmica existente numa equipe e as inteirações que se estabelecem podem constituir para o profissional um forte elemento de apoio para a superação de eventuais resistências de defesa, comuns no início.

4) *O valor formativo do trabalho em equipe* — A experiência fundamental, que permitirá realizar depois um bom trabalho em equipe, provém mesmo dum trabalho de equipe: será, de fato, o lento amadurecimento numa situação concreta, em contato com aquelas pessoas determinadas, que aprendem juntas a se conhecer, a se estimar, que o indivíduo se sentirá de verdade “integrado” em um “nós” que lhe permitirá maior segurança e agilidade ao mesmo tempo. Então os outros problemas da divisão das competências ou qualquer outro, aparecer-lhe-ão facilmente solucionáveis, compreendendo, no plano da colaboração profissional, quanto seja importante a aceitação das próprias pessoas dos colaboradores.

5) *Encontros intra e inter profissionais* — Um outro valioso auxílio pode ser dado pela organização de seminários de estudo, de sessões, seja dentro de cada profissão, seja em nível interprofissional e entre as várias entidades que tenham convergência de interesses.

Em toda parte onde iniciativas do gênero foram promovidas, os resultados demonstraram-se satisfatórios, talvez também como consequência daquele espírito de equipe que, transferido nesse tipo de encontros, permite utilizar ao máximo a experiência comum.

6) *“Pontos de vista dos membros da equipe sobre a terapia do desajustamento”*. — Em sessão plenária falaram diretores, médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e capelães.

Muito apreciadas as intervenções do Dr. Repoud (Suíça), do Dr. Joubrel, conhecido educador francês, e do Padre Bisonnier, eminente técnico de psicologia diferencial.

Eles disseram que para se chegar a uma diagnose e ao tratamento é indispensável trabalhar em equipe. A metodologia do trabalho em equipe e o lugar que nela ocupam os vários técnicos e especialistas foram argumentos amplamente

desenvolvidos.

Equipe vem do antigo francês "*équif*" que significava uma série de lanchas ligadas umas às outras e puxadas por homens e animais e mais tarde por um rebocador. Em seguida se falou de uma equipe de trabalhadores e depois dos esportistas unidos para vencer uma disputa. Vemos assim nesta palavra uma finalidade comum, uma ligação, um dinamismo duplo que vem seja do indivíduo seja do conjunto, tendendo para uma finalidade comum. O grupo não é uma soma de seres, mas uma interdependência aceita onde cada um contribui com sua ciência, sua competência, sua técnica, mas também sua pessoa; ela não quer dizer comunidade de ação mas, sim, *complementariedade*.

O que deve guiar e inspirar a equipe no caso de infância desajustada é o desejo de protegê-la e de reeducá-la.

Um problema muito importante é o do chefe de equipe.

Se uma equipe funciona harmoniosamente, os problemas de autoridade e de disciplina não existem. Fica claro, todavia, que a última responsabilidade baseia-se sobre um dos membros: aquele que os hábitos culturais, uma formação técnica mais profunda, a idade e a autoridade social, designam para esta tarefa. O *chefe de equipe* deve ser o centro da equipe, o animador, o coordenador da colaboração dos vários técnicos.

São muito importantes também as relações que se estabelecem entre os vários membros da equipe, e por isso julga-se não ser útil nem profícuo mudá-los facilmente.

Na França, deu bons resultados uma equipe móvel que se transfere de uma região a outra. Há assim a possibilidade de ter centros e Institutos sob a mesma orientação e guia.

— Os vários membros da equipe diagnóstica e da equipe terapêutica fizeram depois um relatório especificando a tarefa de cada técnico na equipe, seus limites e suas possibilidades de ação.

Houve também alusão ao problema dos institutos de observação e de reeducação, salientando a carência de pessoal adequadamente preparado.

* * *

Concluindo, quaisquer que sejam as providências a serem tomadas em favor da infância desajustada, fica firmado que a primeira tentativa de readaptação será feita na *família*. É importante realizar uma obra de esclarecimento, de educação da família, e todo o pessoal que opera neste campo está empenhado em fazê-lo.

E' animador, assim concluiu M.R. Finkelstein, Secretário do "Bureau Internationale Catholique de l'enfance", num século em que parece que nos devemos ocupar de problemas econômicos, do petróleo, do urânio, ver tantas pessoas vindas de tôdas as partes do mundo parar para estudar a criança, e a criança fraca, doente, sofredora, desajustada, delinquente.

E' motivo de alegria e é uma manifesta desforra do espírito. Isso nos deve impelir não tanto a formular votos e mocões finais conclusivas, mas a nos empenhar para trabalharmos com profundidade e técnica cada vez maior para a maior recuperação possível da infância desajustada.

A IV ASSEMBLEIA ANUAL DOS SUPERIORES MAIORES

Num ambiente de crescente entusiasmo e de união fraternal, os Superiores Maiores Religiosos do Brasil realizaram, no mês de julho, sua IV Assembléia Anual.

Como de costume, a Assembléia realizou-se em duas seções; uma para os Superiores (Padres e Irmãos), no Colégio Santo Inácio, de 18 a 21; e outra para as Madres Superiores, no Instituto Santa Úrsula, de 21 a 24. A tradicional solene Sessão em conjunto teve lugar no auditório do Colégio de Sion, na tarde do dia 21, encerrando as reuniões dos Superiores e iniciando as das Superiores.

Participantes da Assembléia

Além dos membros da Diretoria da C.R.B. e dos membros da Comissão Executiva, estiveram presentes Provinciais ou Delegados de 57 Províncias, pertencentes a 36 Congregações Religiosas:

5 Capuchinhos (Belo Horizonte, Brasília, Caxias do Sul, Rio e São Paulo); 5 Jesuitas (Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Recife, Rio, Salvador); 4 Redentoristas (Goiânia, Juiz de Fora, Pôrto Alegre, São Paulo); 4 Salesianos (Manaus, Rio de Janeiro, Rio do Sul, São Paulo); 3 Franciscanos (Belo Horizonte, Recife, São Paulo); 3 Maristas (Mendes, Recife, São Paulo); 2 Carmelitas (Rio, São Paulo); 2 PP. do Verbo Divino (Juiz de Fora, São Paulo); 2 da Congr. dos SS.CC.; 2 dos Sac. do S.C.J. (Rio); 2 Sacramentinos (Rio); 2 Mission. do S.C.J. As seguintes Congregações estavam representadas por um só de seus membros: Filhos do Sagr. C. de Maria, Irmãos Lassalistas, Padres do Espírito Santo, Premonstratenses, Filhos do S.C.J., Ministros dos Enfermos, Mission. da Sagr. Família, Passionistas, Salvatorianos, Servos de Maria, Irs. Pobres de S. Francisco Seráfico, Xaverianos, Cong. Beneditina Brasileira, Congr. Beneditina Húngara, Mission. Filhos do I.C. de Maria, Palotinos, Barnabitas, Missionários da Consolata, Mission. de N. Sra. da Salette, Padres do S.C.J., Irmãos de São Gabriel.

Representadas também as Secções Estaduais de Bahia, Minas Gerais, Paraná, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo.

Nas sessões das Madres Superiores, estiveram presentes 146 religiosas, pertencentes a 81 Congregações, e representando 92 Províncias, com sede nos Estados de Ceará, Espírito Santo, Guanabara, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo. Por falta de espaço deixamos de dar a lista das Congregações presentes.

O tema principal da Assembléia

O tema principal deste ano foi: "O recrutamento entre o elemento de côr". As pessoas de côr constituem no Brasil 36% do total da população e continuam, no entanto, quase ausentes em tôdas as categorias de Religiosos. Esse fato é devido a várias circunstâncias, com suas conseqüências biológicas, sociais e psicológicas, mas parcialmente também a persistentes preconceitos raciais, eventualmente in-

conscientes, da parte dos religiosos. Na categoria de religiosos sacerdotes, apenas 2,54% são de côr, na de Irmãos leigos de Institutos clericais 6,11%, na de Irmãos de Institutos não clericais 0,58%, na de Religiosas Coristas 3,28%. Apenas a categoria das Religiosas Conversas faz exceção, constituindo o 41,6%.

A Assembléia estudou o problema sob o aspecto histórico, biológico e psicológico. Teses apresentadas: "*História religiosa do elemento de côr no Brasil*", por Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia; "*Relatório sobre o resultado de um inquérito junto aos Superiores Maiores e às Casas de Formação*", apresentado pelo Secretário; "*Aspectos médicos do elemento de côr*", pelo Dr. Hamilton Nogueira; "*Aspectos psicológicos do elemento de côr*" pelo Pe. Antônio Benko S.J.. Após a apresentação da tese os Superiores e as Superiores Maiores reuniam-se em "mesas redondas", onde, com a maior sinceridade, serenidade e seriedade manifestavam suas idéias a respeito. Houve total coincidência de idéias entre os Superiores e Superiores, de modo que o resultado das mesas redondas foi sintetizado, com aprovação unânime, nas cinco seguintes resoluções:

1. — O "elemento de côr" não pode figurar como exigência quer escrita, quer prática, para a admissão de candidatos aos Institutos de estado de perfeição. Isso vale para toda categoria de religiosos, inclusive coristas e sacerdotes;
2. — A Assembléia recomenda um inteligente esclarecimento nas casas de formação e demais comunidade religiosas, no sentido de eliminar possíveis preconceitos raciais;
3. — Entretanto, devido ao nível social a que pertence grande parte destas pessoas, recomenda-se na seleção um exame mais rigoroso da hereditariedade e das circunstâncias ambientais de família, legitimidade, nutrição, educação e vida cristã;
4. — Contribuir por todos os meios da Pastoral para a eliminação do preconceito racial da sociedade, através de:
 - a) Nossas escolas franqueadas indiscriminadamente a todas as crianças;
 - b) Associações de infância e de adolescência, sem discriminação de côr;
 - c) Associação de Pais, Movimento Familiar Cristão e congêneres.
5. — O recrutamento entre o elemento de côr deve ser corajoso, mas prudentemente estimulado.

Julgamos que esse resultado possa contribuir para a diminuição da falta de Sacerdotes e Religiosos no Brasil.

Outros assuntos tratados

A Conferência está elaborando planos para aperfeiçoar a seleção e orientação vocacional dos candidatos à vida religiosa e sacerdotal, através de encontros de interessados na matéria e de cursos de especialização em psicologia de orientação educacional, no intuito de se fundarem centros de orientação vocacional, com moralista, diretor espiritual, Médico, Sociólogo e psicólogo que possam orientar os encarregados da formação. Pelo entrosamento destes centros poder-se-ia chegar à fundação de um Instituto psico-pedagógico de orientação vocacional. O resultado de vários encontros foi apresentado num relatório de Frei Ricardo Ro.

zestraten O.F.M. (ver Revista da C.R.B., n.º 63, pág. 527).

O movimento das Associações de Pais e Mestres está sendo promovido pela CRB como meio para aperfeiçoar o sistema educacional de nossos colégios e incentivar a Pastoral junto à Família. A Conferência a respeito foi proferida na sessão solene pela Madre S. Mikeal e está publicada nestas páginas.

Uma "autocrítica da Escola Católica" foi apresentada (e esperamos publicar próximamente), por Frei Felix Neefjes OFM, Diretor do Colégio Santo Antônio, de Belo Horizonte.

O relatório sobre as atividades da C.R.B., particularmente sobre seus apóstolados, foi apresentado pelo Secretário Geral. O Diretor de Serviços apresentou também a parte que diz respeito aos Serviços da C.R.B. (ambos os relatórios estão publicados neste número).

A Assembléia aprovou unânimemente a renovação do contrato com o Sr. Laércio Leopoldino, Diretor dos Serviços da Conferência. O contrato, que está vigorando desde 1 de janeiro de 1955, será, conforme voto explícito da Assembléia, renovado por mais 6 anos, a partir de janeiro de 1961. O mencionado Diretor de Serviços manifestou, durante o prazo que está para expirar, excepcional capacidade e eficiência, associada a uma profunda honestidade comercial, merecendo da Diretoria uma irrestrita confiança. Durante a Assembléia a Diretoria solicitou dos Superiores Maiores informações a respeito de suas experiências sobre o modo de proceder do Diretor de Serviços, e unânime foi o voto para renovação do contrato e o pronunciamento sobre sua eficiência e dedicação.

O Conselho Administrativo da Conferência, criado pela Assembléia do ano passado, para fiscalizar o movimento financeiro da CRB e composto de cinco Superiores Maiores, escolheu seu Presidente na pessoa do Provincial dos Salesianos do Rio de Janeiro. O Conselho apresentará à Assembléia, depois de examinar as contas e o balanço da Conferência, seu parecer, sobre o prazo de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano precedente.

A Diretoria comunicou à Assembléia o plano de fundar no Brasil um Instituto Superior de Formação Religiosa, para Irmãos de Institutos não Clericais e para Religiosas, análogo ao Instituto de Pastoral de São Paulo, que está funcionando desde março de 1959.

A pedido de Superiores Maiores a Conferência organizará conforme as necessidades, através das Seções Estaduais, retiros em comum para Religiosas de Províncias que não conseguem resolver por si próprias o problema.

Sessão conjunta dos Superiores e Superiores Maiores

Foi realizada na tarde do dia 21, no salão de atos do Colégio de Sion. Além dos Revmos., Membros da Diretoria, estava presente o Exmo. Sr. Núncio Apóstólico, Dom Armando Lombardi, que presidiu a sessão.

O Exmo Sr. Dom Martinho Michler, Presidente da CRB, discorreu, abrindo a sessão, sobre o tema geral da Assembléia, mostrando a necessidade do tema, já recomendado no 1.º Congresso dos Religiosos, em Roma. Acentuou a necessidade da atualização de nossas obras e de nossos métodos de trabalho, o aperfeiçoamento da vida religiosa, a importância do problema de recrutamento. Referindo-se às atividades materiais da Conferência, apresentou ao auditório a Diretoria do Banco

Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., nova entidade que generosamente acaba de oferecer à CRB seu valioso auxílio nos serviços a ela relacionados.

Fêz-se ouvir, então, o Exmo. Sr. Diretor do referido Banco, o qual, como-vindo, agradeceu o ensejo que se lhe oferecia de participar daquela seleta Assembléia, e externou o prazer que sentia de poder colaborar com a Conferência em sua grande e nobre finalidade.

O Revmo. Pe. Francisco Maffei CRSP, Conselheiro da CRB, fêz com muito entusiasmo a saudação às autoridades presentes. Depois de lançar um olhar sôbre a confusão que reina no mundo atual, incapaz de se entender, mostrou quão felizes somos por termos um guia, um piloto seguro: O Santo Padre. Antes de terminar fêz veemente apêlo aos Superiores sôbre a maneira mais oportuna de comemorarmos o 80.º aniversário natalício de S.S. o Papa João XXIII gloriosamente reinante.

Em seguida o Revmo. Pe. Secretário Geral procedeu à leitura do Relatório das atividades da CRB, desde a partida do ilustre e dinâmico Pe. Irineu Leopoldino de Souza, até fins de junho. Terminado o relatório, a Revda. Madre Mikeal fêz substanciosa palestra sôbre a organização das Associações de Pais e Mestres em Colégios dirigidos por Religiosos.

Como chave de outro ouvimos a palavra autorizada e eficiente do Exmo. e Revmo. Dom Armando Lombardi que, depois de congratular-se com a Conferência pelos trabalhos realizados, encareceu a necessidade de pormos como base de nosso apostolado o cultivo da vida interior, o nosso aperfeiçoamento pessoal quotidiano. O essencial para as almas consagradas; a Deus é o trabalho diuturno para se aperfeiçoar, para merecer a divina predileção, para conservar sempre acesa a chama do amor de Deus. Vão, disse êle, é todo o trabalho sem a vida interior. Discorreu em seguida sôbre a hierarquização de nossos trabalhos: as vocações sacerdotais e religiosas; a premência da catequese num país imenso como o Brasil, cuja população cresce anualmente de um milhão e meio de habitantes, o que constitui para a Santa Igreja problema de suma gravidade; chamou a atenção para o problema da imoralidade, não só particular, mas sobretudo pública, que avassala o mundo de maneira assustadora. Lembrou que o Brasil deve ser um grande país católico no mundo, não só numéricamente, mas de fato. Impetrou, enfim, a proteção contínua de Nossa Senhora sôbre nós, e terminou dando aos assistentes a bênção apostólica.

Durante os intervalos, fêz-se ouvir o côro infantil da Escola das Irmãs do Amor Divino, que executou cantos orfeônicos de caráter popular.

O canto solene do "Te Deum" e a bênção eucarística, concedida pelo Exmo. Sr. Núncio na Capela do Colégio, vieram coroar a solenidade.

O "*Congregavit nos in unum Christi amor*", que todos os anos vem revigorar a união que deve existir intensa entre todos os Religiosos do Brasil, seja o lema não só destas assembléias onde os Religiosos não são mais desconhecidos entre si, mas de todos os Religiosos dêste imenso País, que, na reunião de fôrças e de entendimentos, encontrarão os meios mais aptos e eficazes para a santificação própria e para um apostolado cada vez mais intenso e eficiente.

III. CURSO DE JORNALISMO PARA RELIGIOSOS

De 11 a 23 de julho pp. reuniram-se, em S. Paulo, 119 cursistas para o terceiro certame jornalístico, sendo em sua maioria religiosos, alguns padres seculares, seminaristas e leigos, vindos de onze Estados do Brasil, tanto redatores e gerentes de jornais, como radialistas, professôres e estudantes. A Escola de Jornalismo "Cásper Líbero" da PUC de S. Paulo, cujos professores ministraram as aulas, assumiu o patrocínio e concedeu aos cursistas assíduos o certificado "com extensão universitária", tendo feito a entrega o Emmo. Sr. Cardeal Vasconcellos Motta, o qual na alocação final ressaltou a missão do jornalista católico.

A última ata do curso incluiu um voto de agradecimento especial ao Sr. Diretor da Escola de Jornalismo, Dr. José Pedro Galvão de Sousa e aos Srs. Professôres que dirigiram palavras tão esclarecidas e amigas ao auditório.

De curso em curso, os religiosos se convencem mais da necessidade dêstes certames, tanto pelas aulas proveitosas, como pela troca de idéias que espontaneamente aparece em tais ocasiões. Entre os três pontos positivos (A) e três boas conseqüências (B), que teve o seminário de jornalismo, vários cursistas enumeraram: A) 1. deu os princípios fundamentais para continuarmos a nossa formação jornalística, 2. suscitou problemas importantíssimos que exigem solução, 3. despertou o entusiasmo pelo jornalismo e um interesse muito maior. B) 1. levou-me ao propósito de não improvisar na redação, 2. procurou descer mais ao lado humano dos homens, na redação, tornando a revista menos abstrata, 3. procurarei a colaboração de leigos, e não fazer tudo sozinho.

A exposição de Imprensa Católica realizada ao ensejo do curso motivou opiniões insuspeitas da parte de visitantes, como a "A Gazeta", de 13.7. e "O São Paulo", de 17.7. que as reproduziram, nos seguintes têrmos: "Algumas publicações são tècnicamente apresentáveis, enquanto outras guardam aspecto de uma imprensa de 50 ou 100 anos atrás. Se o número destas fôlhas é considerável, o mesmo não podemos dizer quanto à penetração das mesmas. Portanto, grandes esforços, grandes somas dispendidas e a questão do aproveitamento da força da imprensa como veículo de difusão de idéias e ideais cristãos é mínimo ... Sentimos que os promotores do curso já verificaram que uma coisa é básica: fazer jornalismo, seja êle católico ou não, sem mentalidade jornalística é trabalho de resultado nulo ou quase nulo. Não basta cultura nem mesmo espírito apostólico se falta aos dirigentes das fôlhas católicas (sacerdotes ou não) o espirito jornalístico que não é outra coisa senão viver, sentir com o povo o instante que passa". M. L.

Conceitos como êstes não podem ficar despercebidos, mas reclamam séria ponderação e providências urgentes no sentido de abandonar o estreito particularismo e substituí-lo pela coordenação das forças. Basta dizer que o número dos órgãos dirigidos pelos religiosos do Brasil já passa de duzentos, sendo, porém, bem poucos os que satisfazem as exigências atuais.

Dentre as resoluções básicas tomadas neste curso transcrevemos:

1. Procurar resolver os problemas sociais servindo-nos da imprensa;
2. Ajuda mútua entre leigos e sacerdotes ou religiosos na imprensa;
3. Sejam cedidos cinco religiosos para trabalhar no Departamento de Imprensa

da CRB, no intuito de se organizar uma agência de notícias, formar um corpo redacional especializado, manter intercâmbio entre agências, jornais e emissoras (católicas ou não);

4. Não se funde nova revista ou novo jornal por parte dos religiosos, sem prévia consulta ao Departamento de Imprensa da CRB;
5. Tenham os religiosos, que trabalham na imprensa, rádio e televisão o apoio total e o tempo suficiente;
6. Seja facilitada aos religiosos a freqüência aos cursos universitários de jornalismo e a cursos especializados.

As resoluções foram apresentadas à Assembléia dos Superiores Maiores e em parte ao Revmo. Superior-Geral da SVD, Pe. João Schuette, o qual teve a gentileza de visitar e dirigir sua palavra aos cursistas, apoiando, em princípio, as justas reivindicações apresentadas.

Como o número de cursistas já superasse os limites previstos, outros muitos pretendentes tiveram que resignar-se com o IV curso a ser realizado de 9-21/1/61 na Capital de São Paulo ou com o V que caberá a Pôrto Alegre.

BIBLIOGRAFIA

Pe. Pascoal Rangel S. D. N. **ENTRE AGAPES E EUCARISTIAS** ou **MEDITAÇÃO SOBRE A MISSA**. Manhumirim-MG, Editora "O Lutador", 1956. 176 pags.

Esta pequena mas preciosa obra sobre a Santa Missa merece a mais ampla divulgação entre as comunidades religiosas, tanto masculinas como femininas. Inspirada nas melhores monografias publicadas a.é 1956, imprime-lhe o Autor seu cunho pessoal de piedade, elevação e contemplação. Rica em dados históricos e dogmáticos, embora sem pretensão de ser científica, no sentido técnico da palavra, fornece a obra inúmeros elementos para a meditação pessoal, conferências de retiro, catequese da participação na Missa e para a Pastoral da Missa em geral.

Na primeira parte o Autor traça de modo sugestivo, em três capítulos, as linhas mestras do Sacrifício eucarístico, apresentando na segunda, em nove capítulos, um rico comentário sobre o Ordinário da Missa.

Duas observações propomos à reflexão dos leitores e do Autor.

Reduzindo, no primeiro capítulo, o "sentido da celebração eucarística" à "Missa-banquete sacrificial" e à "Missa-oração sacrificial", o Autor deixa uma notável lacuna, por não mencionar o essencial. O *banquete* sacrificial é a comunhão, também quando recebida fora da Missa, constituindo, tanto para o celebrante como para os fiéis, o complemento conatural do sacrifício. A *oração* sacrificial, de outro lado, constitui a moldura em que se enquadra o essencial do sacrifício, que outra coisa não é senão o ato sacrificial do celebrante, de Cristo, da Igreja. E esse se realiza durante a consagração, exatamente quando o formulário litúrgico passa da oração para a narrativa: "Qui pridie quam pateretur ...". No terceiro capítulo, porém, principalmente quando trata da doutrina da "Mediator Dei", preenche o Autor a lacuna mencionada, restabelecendo o equilíbrio da exposição.

Em segundo lugar a interpretação do termo "Eucaristia", traduzido por "ação de graças", é estreita demais, não exprimindo adequadamente o conteúdo do termo grego que, além da ação de graças, inclui o sentido de "louvor". O grego, com o único termo de "eucaristia", expressa a riqueza da dupla atitude, fundamentalmente religiosa e cristã: louvor e ação de graças. Desta

forma se resolve também o problema do "Gratias agimus tibi propter magnam gloriam tuam" do nosso "Gloria" que continua, para tantos liturgistas, um verdadeiro enigma: agradecer a Deus por motivo de sua glória? De origem grega, o original trazia do "Gloria" o termo "eucharistein" que, incluindo o "louvor", dá a mencionada frase seu adequado sentido: "Gratias agimus tibi et laudamus te propter magnam gloriam tuam". Esse, aliás, é também o sentido do "eucharistein" de Cristo na última ceia e na narrativa do celebrante, no momento da consagração: "tibi gratias agens"; o sentido adequado seria: "laudans te tibi gratias agens".

Estas duas observações, porém, não diminuem o real valor da obra, e apenas pretendem demonstrar quanta atenção e interesse o Autor desta apreciação dedicou à mesma. — Pe. Tiago G. Cloin

Col. "A Santa Bíblia". OS LIVROS DAS CRONICAS. Tradução, introdução e notas do Sr. Frederico Dattler SVD. Rio de Janeiro, Livraria "Agu" Editora, 1960. 204 págs.

Vem a lume mais uma versão da autoria do Pe. Frederico Dattler SVD. Enriquece-se, pois, a já conhecida primeira versão portuguesa da Bíblia, feita diretamente sobre os textos originais hebraicos. O Autor já traduzira "Os Livros de Samuel", "Josué" e brevemente virou também "Os Livros dos Reis".

O presente volume, além da tradução, tem uma interessante introdução, em que o Autor estuda a questão do nome e do número destes livros (daí o título: "Os Livros das Crônicas"), põe-os em relação com os livros de "Samuel" e dos "Reis"; apresenta ainda um estudo sobre o estilo, o gênero literário da obra, para, enfim, situar o tempo, escopo, autor do livro inspirado e as fontes de que se valeu o tradutor.

Talvez fosse para desejar mais notas explicativas e mais abundantes, ao menos em alguns passos.

Com esta versão, a coleção "A Santa Bíblia" perfaz o número de 18 volumes já publicados; esperemos para breve a tradução completa de toda a Sagrada Escritura, a fim de que obra tão importante como esta possa encontrar-se em todos os lares cristãos. — P. J. S.

CATECISMO CATÓLICO. (Versão e adaptação do "Katholischer Katechismus der Bistümer Deutschlands", pelo Revmo. Pe. Prof. Wolfgang Gruen SDB). São Paulo, Editora Herder, 1958. 280 págs.

Dr. Hubert Fischer. INICIAÇÃO AO "CATECISMO CATÓLICO" — Relações do curso catequético realizado em Munique de 16 a 18 de junho de 1955 (Versão e adaptação pelo Revmo. Pe. Prof. Wolfgang Gruen SDB). São Paulo, Editora Herder, 1959. 128 págs.

1. O "Catecismo Católico" que o Episcopado alemão publicou em 1955, como texto único para as dioceses da Alemanha, é o fruto maduro de quase 20 anos de trabalho, realizado por uma grande equipe de especialistas em catequética. É um "monumento" entre todos os textos de catecismo atualmente existentes no mundo, pela estrutura do conjunto, pela pedagogia na apresentação da doutrina, pela orientação pastoral e pelo caráter de oferecer verdadeira formação religiosa. Não se limita a ser um livro didático para as crianças na escola, mas é simultaneamente um livro de vida para a família cristã. O Catequista e o Vigário que se derem ao trabalho de familiarizar-se com esse "Catecismo", encontrarão nele uma fonte inesgotável de inspiração para seu trabalho catequético.

2. A "Iniciação ao Catecismo Católico", contendo uma série de exposições redigidas por membros da equipe que elaborou o "Catecismo Católico", é a

indispensável chave para descobrir-lhe as riquezas. Depois de uma resumida história da origem do "Catecismo" são apresentados sucessivamente: a) estrutura do Catecismo em geral e nas suas partes fundamentais; b) forma de lições; c) emprêgo do método catequético; d) ilustrações; e) centros de gravação teológico-catequéticos; f) alcance para a pregação e a pastoral; h) iniciação dos catequistas ao uso; i) reorganização do programa de ensino; l) dez regras para o uso do Catecismo Católico

Estas duas obras são destinadas a fazer época no movimento catequético mundial. — *Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R.*

Pe. Paulo M. Arnaboldi. A SERVIÇO DA PASTORAL PAROQUIAL. Tradução de Maria Helena C. Settineri. Pôrto Alegre, Edições FAC, 1959. 192 págs.

A Pastoral paroquial está tomando vulto no Brasil, graças a uma série de movimentos, entre os quais, não em último lugar, o do Fraterno Auxílio Cristão (FAC). Fundado na Itália pelo Revmo. Pe. Arnaboldi, o movimento encontrou no Brasil uma propagandista entusiasmada na pessoa da Sra. Maria Helena C. Settineri, da Paróquia da S. Família de Pôrto Alegre, foco de irradiação em nosso país. O objetivo essencial do movimento é: tornar a paróquia uma verdadeira comunidade, uma grande família de todos os paroquianos, sem exceção nenhuma, uma autêntica "Família de Deus". Neste sentido o FAC brasileiro lançou em 1956 o livro: "*A Família de Deus*", de autoria do fundador do movimento e traduzido pela incansável propagandista. O presente livro apresenta a completa "catequese" do FAC, constituindo um excelente instrumento para estudar em equipe o movimento em sua organização, em suas técnicas particulares e em sua espiritualidade. Quem se interessa pelo angustioso problema da paróquia não pode deixar de ler e estudar estas duas obras. —

Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R.

APOSTILAS SÔBRE JORNALISMO

Normas e instruções para a apresentação de jornais e revistas duas partes — cada a	Cr\$ 30,00
Planejamento de uma revista (resumo)	Cr\$ 4,00
Cálculo industrial gráfico (resumo)	Cr\$ 2,00
A Televisão	Cr\$ 8,00

Pedidos à

CRB — Seção Estadual

Rua Venceslau Braz, 78, 5.º — S. 512/514

SÃO PAULO — Capital

Nihil Ostat

Pe. Frel Jacinto de Polazzolo

Bensor Eclesiástico

Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1960